

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**MORTE E JUDAÍSMO: TRANSFORMAÇÕES AO
LONGO DO TEMPO EM PERNAMBUCO**

MARJONES JORGE XAVIER PINHEIRO

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Kaufman

VIRTUS IMPAVIDA
Dissertação de Mestrado

Recife, 2012

Marjones Jorge Xavier Pinheiro

Jornalista, Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

**MORTE E JUDAÍSMO: TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO
EM PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Estudos Étnicos e Identidade.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Kaufman

Recife

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho.CRB4 - 985

P654m Pinheiro, Marjones Jorge Xavier.
Morte e judaísmo : transformações ao longo do tempo em Pernambuco / Marjones Jorge Xavier Pinheiro. - Recife: O autor, 2012.
114 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Kaufman.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Antropologia. 2. Judaísmo. 3. Morte. 4. Costumes mortuários. 5. Ritos de passagem. 6. Recife (PE). I. Kaufman, Tânia. (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-51)

MARJONES JORGE XAVIER PINHEIRO

**MORTE E JUDAÍSMO: TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO
EM PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Estudos Étnicos e Identidade.

Aprovada em: 29/02/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof Doutora Tânia Kaufman (Orientadora)

Prof. Doutor Renato Athias (Examinador Titular Interno - PPGA/UFPE)

Prof. Doutora Helena Lewin (Examinadora Titular Externa - UERJ)

Aos meus pais, Jorge e Magdaleine, que amo profundamente.

E aos meus irmãos, Ricardo e Carolina. Presentes de Deus.

SOBRE GRATIDÃO

Tudo o que aprendi de mais importante na vida foram os meus pais que me ensinaram. Entre as valiosas lições que Magdaleine e Jorge me passaram e passam, guardo o pedir obrigado a quem nos estendeu a mão nos momentos mais duros. Ajuda que se apresenta de várias formas. A paz da confiança, o apoio de um abraço, a alegria de um telefonema, a força de uma palavra, a cumplicidade de um silêncio, a necessária chamada de atenção, a prece que levanta, a generosidade de um livro emprestado, o socorro de uma carona, a disposição de um café, a sinceridade de uma torcida, a gentileza de um atendimento na secretaria de um departamento, a atenção no segurar a porta do elevador ou a companhia na subida de treze andares de escada. Por que não agradecer? Faço questão.

Obrigado, Deus. Por tudo. Até pelo que não entendo.

Obrigado, Jorge Pinheiro e Magdaleine Xavier, painho e mainha, meus amados.

Obrigado pelo incentivo, Ricardo e Carolina, meus irmãos de sangue.

Obrigado, meus irmãos de coração, os amigos de hoje e de sempre; os de perto e os de longe, todos queridos.

Obrigado, Lua Chaves, Lanne Pacheco, Marcelo Carvalho, Haia Castro, Iara Lins, Ariadna Guimarães, Cila Scooby, Anna Fontes, Beto “Fontes”, Carla Suzanne, Eduardo do Valle, Cristina Maria e Aline Hungria (*in memorian*). Obrigado.

Obrigado, Sabrina Rocha, Marianne Brito, Bianka Carvalho, Karla Almeida e Cristina Pirra. Obrigado.

Obrigado aos parceiros do “almoço-terapia de grupo”: Roberta Rêgo, Luiza Mendonça, Fernando Rêgo Barros, Mônica Silveira, Evaristo Filho e Jana “Cabrita” Araújo.

Obrigado, Joanna Paula, Chico Feitosa, Geraldina Siqueira e Manoel Júnior.

Obrigado, Rafael Pimenta, Marjorye Cavalcanti, Angélica Tasso, Francisco José, Beatriz Castro, Ana Clara Marinho e Vitória Araújo. Obrigado.

Obrigado, Tiago Medeiros, Geórgia Kyrillos, Rodrigo Raposo, André Gallindo, Juliana Maggi, Rose Maria, Adalberto Beбето, Maria da Penha e Heloísa Markman. Obrigado.

Obrigado, Andrea Trigueiro, Amélia Souto Maior, Juliana Guerra, Adriana Santana e Filipe Capiberibe. Obrigado.

Obrigado, Dr. Irineu, Ana Clara, Silvana e demais companheiros do NEAM, Núcleo Espírita Aristides Monteiro (Olinda). Obrigado.

Obrigado, Regina Salles de Souza Leão e Flávio, do elevador do CFCH. Obrigado.

Obrigado, Augusto Feitosa pela paciência, pelos primeiros livros e por acreditar que daria certo. Obrigado.

Obrigado, Augusto “Cesinha” Valença pela aventura e parceria em Israel. Obrigado, também, Antônio Henrique, André Bezerra, Edison Silva, San Costa, Leo Cruz, Marquinhos, Olega, Quirino e Robinho.

Obrigado, cheio de saudade, Janaína Geraldini “Janamon”, Ale Alessandra Vieira, Melissa de Andrade e Gianne Martins. Obrigado.

Obrigado, Daniel Breda e toda equipe do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, AHJPE. Obrigado.

Obrigado a todos meus interlocutores pelas valiosas informações. Obrigado.

Obrigado aos meus companheiros de jornada, de bancos de sala, grupos de estudo, projetos e tantas alegrias, Eduardo Araripe, Lílian Silva, Abel Castro, Rita Vasconcelos, Thácio Santos e Virgínia Areias.

Obrigado, Luciano Borges, amigo tão querido, e Ana Borges, pela acolhida, pelo quintal e espírito elevado. Obrigado

Obrigado, pela partilha do conhecimento, pelos livros e por me receberem tão bem, com tanto carinho, com tanto zelo, Beatriz e Bernardo Schwartz. Muito Obrigado.

Obrigado, Tio Nito, Tia Ceça (*in memorian*), demais tios, primos, avós pelas boas vibrações. Obrigado.

Obrigado, Elisete Virgínia pelos cafés maravilhosos e Fabíola Blah pelas fotos e força, sempre. Obrigado.

Obrigado, Eduardo Mendes, pelo companheirismo, consultoria para assuntos digitais e paciência além do razoável. Muitíssimo obrigado.

Obrigado a Bio Antero, pela compreensão e bagunça da escala. Obrigado de verdade.

Obrigado, muito mais que um obrigado à Gabriela Lisboa, jornalista, amiga, colega de trabalho e a quem devo, para toda a vida, pelas trocas e dobras de horário. Pela paciência. Por me ajudar a realizar este sonho. Obrigado.

Obrigado. Obrigado de novo. E mais uma vez. E outra. E quantas forem necessárias à grande responsável por tudo isto: Tânia Kaufman, minha professora, orientadora, mestra e incentivadora. Obrigado, por acreditar que eu podia. Por mostrar caminhos, revisar, sugerir, corrigir, pedir. Obrigado por me trazer até aqui.

Obrigado, por fim, à espiritualidade amiga por cuidar de mim e de todos a quem, merecidamente, agradeço. Obrigado.

“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia”.

Chico Buarque.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| RESUMO | 09 |
| ABSTRACT | 10 |
| LISTA DE FOTOGRAFIAS | 11 |
| SOBRE O COMEÇO | 12 |
| 1. SOBRE MORTE E JUDAISMO | 24 |
| 2. SOBRE RESPEITO, TRADIÇÃO E MUDANÇAS | 39 |
| 3. SOBRE ANÁLISE E REFLEXÕES | 92 |
| 4. SOBRE O QUE FALTA SER DITO | 100 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 104 |
| GLOSSÁRIO | 108 |

RESUMO

PINHEIRO, Marjones. **Morte e Judaísmo:** transformações ao longo do tempo em Pernambuco, Recife, 2012, 103 p.

Dissertação Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

“Morte e Judaísmo: transformações ao longo do tempo em Pernambuco” apresenta os resultados encontrados durante a pesquisa para produção desta dissertação de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. O trabalho começou antes mesmo da pós-graduação e durou quase três anos. Foram visitadas cidades da região metropolitana do Recife, zona da mata, agreste e sertão de Pernambuco, bem como várias cidades de Israel, no Oriente Médio. O objetivo foi identificar os costumes e rituais fúnebres praticados pelos judeus em Pernambuco desde o século XVI até os dias de hoje, observando o que ainda é mantido como tradição e o que foi transformado com o passar dos anos. Apresentado em quatro capítulos, o produto final deste estudo se aproxima de uma etnografia, mas também tenta entender as práticas à luz do pensamento de diversos autores que escreveram sobre o tema proposto ou assuntos correlatos. Longe de querer encerrar em si as discussões ou propor um levantamento completo de ritos, costumes e tradições, o trabalho surge como uma contribuição para aqueles que guardam algum tipo de interesse por essa área de pesquisa, ainda pouco explorada nos meios acadêmicos.

Palavras-chaves: judaísmo, morte, Pernambuco, ritos de passagem, costumes fúnebres.

ABSTRACT

"Death and Judaism: changes over the time in Pernambuco" presents the results found during the research for the elaboration of the Thesis for a Master Degree in Anthropology at the Universidade Federal de Pernambuco. The research began even before the post-graduation started and took about three years to be accomplished. Some cities were visited in the Greater Recife Area (Pernambuco, Brazil), and a number of cities in Israel in the Middle East. The aim was to identify the funeral rites and traditions practiced by Jews in Pernambuco from the sixteenth century to the present day, observing the traditions that are still preserved and also those that have changed over the years. Presented in four chapters, the final product of this study is close to an ethnography, but also tries to understand what many authors wrote about the rites, traditions, and related issues. The purpose was not to cover the subject entirely or to be a complete survey of rites, habits, and traditions, but to contribute to those who have some interest in this area of research, yet not well explored in academic circles.

Keywords: Judaism, death, Pernambuco, funeral rites.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Foto 01 – Rua do Bom Jesus.
- Foto 02 – Fachada da Sinagoga Kahal Zur Israel.
- Foto 03 – Vista interna do salão de orações da Kahal Zur Israel.
- Foto 04 – Salão de Exposições do AHJPE.
- Foto 05 – Fachada Cemitério dos Israelitas do Barro.
- Foto 06 – Vista interna do Cemitério dos Israelitas do Barro.
- Foto 07 – Fachada Cemitério dos Israelitas do Curado.
- Foto 08 – Vista interna Cemitério dos Israelitas do Curado.
- Foto 09 – Local onde é feito o Ritual de Purificação no cemitério do Barro.
- Foto 10 – Local onde é feito o Ritual de Purificação no cemitério do Curado.
- Foto 11 – Calça que compõe a mortalha.
- Foto 12 – Camisa que compõe a mortalha
- Foto 13 – Túmulo cercado por plantas com flores no Cemitério do Curado.
- Foto 14 – Plantas com flores decoram túmulo no Cemitério do Barro.
- Foto 15 – Entrada do Cemitério de Jerusalém, Israel.
- Foto 16 – Vista parcial do Cemitério de Jerusalém, Israel.
- Foto 17 – Saco que costuma ser colocado sob a cabeça do morto.
- Foto 18 – Túmulo de uma suicida, até então, o único no cemitério do Curado.
- Foto 19 – Detalhe da sepultura. Não existe qualquer informação que identifique a morta.
- Foto 20 – Pia na saída do cemitério do Barro.
- Foto 21 – Detalhe da pia na saída do cemitério do Barro.
- Foto 22 – Sepultura demarcada com tijolos. Óbito em 19.03.2011.
- Foto 23 – Duas sepulturas sem lápide. Apenas uma com data de óbito (esq.), 07.05.2011.
- Foto 24 – Nos cemitérios, pedras ficam à disposição dos visitantes.
- Foto 25 – Visitantes deixam seu sinal de lembrança no cemitério do Barro.
- Foto 26 – Rodovia BR - 407, Petrolina. Local sinalizado com “pedrinhas” e outros símbolos.
- Foto 27 – Detalhe do local sinalizado. Na base da cruz, mensagem e “pedrinhas”.
- Foto 28 – Rodovia BR-232, Arcoverde. Local sinalizado com “pedrinhas”, cruz e flores.
- Foto 29 – Túmulo de um Cohen no cemitério do Barro.
- Foto 30 – Cidade de Tiberíades, Israel.

SOBRE O COMEÇO

A primeira linha. Esta, para mim, sempre foi a etapa mais complicada do processo de escrita. Não importa se na produção de textos acadêmicos, na rotina jornalística ou na criação de um simples bilhete. Como expressar em palavras tudo aquilo que se passa no mundo das ideias?

No caso desta dissertação, a possibilidade da primeira linha me ocorreu de forma inesperada, numa espécie de descuido do pensamento, quando lembrei que, durante quase dois anos de estudos no curso de Mestrado, ironicamente, eu não escapei ao meu objeto de pesquisa com toda a carga que ela implica. Sem distanciamento. Eu, de certa forma, encontrei a morte. São os ‘encontros’, disse-me, certa vez, o amigo e historiador, Luciano Borges. Alguns certos. Outros, inesperados. Mas todos necessários, inequivocamente. Não excluo a morte.

Era começo do primeiro semestre de 2011, uma tarde de quinta-feira, acabava mais uma aula de Etnologia Brasileira, quando liguei meu telefone e vi que havia mais de cem chamadas não atendidas. Naquele instante, senti que algo aconteceu e tentaram, em vão, me avisar. Estava certo. Uma tia havia morrido, uma das mais queridas, Tia Ceça. Primeira de dez irmãos, entre eles meu pai, ela morreu no momento em que eu passava em frente a sua casa, a caminho da universidade. Como de costume, buzei algumas vezes e ninguém apareceu. Interessante que, só agora, tenha feito a relação entre os fatos. E o fiz sem dar a ela, a relação, qualquer caráter supersticioso ou místico. De modo algum, mas como constatação. De repente, nós percebemos o que já está posto, de forma clara e simples: a morte – a “grande companheira”, como disse, certa vez, a escritora cearense, Raquel de Queiroz, faz parte de nosso dia-a-dia, da vida.

Esta observação também me trouxe à mente uma situação que se tornou corriqueira durante esse meu estudo. Todas as vezes que alguém me perguntava do que se tratava a minha pesquisa, eu respondia: judeus. A fisionomia que via era sempre a mesma: de espanto. Olhos abertos diante de mim. Ao complementar minha resposta: e morte! – os mesmos olhos quase saltavam das órbitas. Via de regra, perguntavam-me em seguida: “não havia nada melhor para estudar?”. Ficaram todos sem resposta.

Mas quero responder à outra pergunta, aquela que você pode estar fazendo, agora, ao ler o meu texto: o que todas as coisas que foram ditas até este momento têm a ver com uma dissertação de mestrado? A resposta é simples, ou deveria ser. Tudo. Nada a mais ou menos. Nos bancos desta mesma universidade a qual me submeto a uma avaliação para obtenção de título de mestre, aprendi com uma de minhas professoras, a Doutora Aparecida Nogueira, da qual tive a honra e o privilégio de ser aluno em algumas disciplinas, que a vida “de dentro” não pode estar descolada da “vida de fora”. A academia e nossas experiências em sociedade precisam estar em comunhão, unidas, complementando e melhorando uma a outra. Do contrário, toda nossa ciência não faz o menor sentido. Essa foi uma das lições que aprendi e, como aprendizado sem prática e aplicação da teoria é apenas retórica, estou exercitando. Essa foi minha opção e optar é parte constitutiva da vida. É o que dizem os mestres. Paulo Freire, um deles, afirmou que:

“Se nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente nossa opção”¹.

Esta foi minha opção. Academia e vida juntas. Por isso, tudo o que foi e que ainda será escrito aparece, na maior parte do tempo, em primeira pessoa. A pesquisa requer um

¹Trecho da mensagem enviada pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, por ocasião da entrega da Medalha da Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura 2011. Em: <http://omc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/MSG-PR-Ordem-do-Mérito-Cultural.pdf>.

distanciamento de quem a faz, mas não creio na sua exclusão do processo. Certa vez, ao ler o livro *A Cerimônia do Adeus*, escrito por *Simone de Beauvoir*, um detalhe, logo no comecinho, me chamou a atenção. A autora disse “falei um pouco de mim, porque a testemunha faz parte do testemunho, mas fiz isso o menos possível.” Nunca esqueci. Desta forma, a preferência pela conjugação dos verbos na primeira pessoa do singular, ratificando a visão, as impressões, as observações, dúvidas e questionamentos do pesquisador, sem, entretanto, abrir mão do diálogo com seus interlocutores, sejam eles professores, orientadores, autores consultados, informantes ou qualquer um que tenha contribuído de algum modo para a construção deste estudo.

Ele traça a relação existente entre dois temas: judaísmo e morte. Ambos sempre me despertaram grande interesse. Mas, cabe a pergunta: isso seria um motivo relevante para uma pesquisa? Penso que a resposta seja sim. Não apenas por se tratar de um interesse particular, mas, antes, por acreditar na assertiva de um dos fundadores da etnografia, Franz Boas. Para ele, citado por Laplantine (LAPLANTINE, 2007:78), “não há objeto nobre nem objeto indigno da ciência”.

A elaboração desta dissertação está baseada em um conjunto de ações realizadas, em sua maioria, no decorrer do ano de 2011. Foram várias etapas. A primeira delas se constituiu de um estudo bibliográfico extenso com obras diversas que de algum modo concorreram para a formulação de ideias e análise de comportamentos.

Como previsto no projeto inicial, o trabalho incluiu uma pesquisa de campo por acreditar que o mesmo aproxima pesquisador/interlocutor, teoria/prática e abstração/realidade. Ela foi desenvolvida em cinco municípios pernambucanos onde encontrei traços da cultura judaica e a identificação das características dessa religião antes, durante e depois dos processos de enterramento e luto para a comunidade em análise. O objetivo foi propiciar uma representatividade de suas principais regiões: mata norte, mata sul, agreste, sertão e região

metropolitana, onde concentrei a maior parte dos estudos. O aprofundamento para um número mais amplo de cidades requer um período maior para a pesquisa que não se adequa ao tempo disponível para a defesa desta dissertação.

Desta forma, na mata norte, o local escolhido foi o Cemitério de São Sebastião, em Timbaúba, distante 98 quilômetros do Recife.

Na mata sul, o cemitério de Vitória de Santo Antão, a 51 quilômetros da capital.

No agreste, a cidade escolhida foi Gravatá, a 85 quilômetros do Recife. Aqui, existem dois cemitérios. Um terceiro foi desativado.

No sertão, o município escolhido foi Petrolândia, situado a 430 quilômetros da capital, no que chamamos Sertão do São Francisco.

Por fim, o Recife. Na cidade, foram vários os locais visitados. A começar pelos arquivos do Museu da primeira sinagoga das Américas, *Kahal Zur Israel*, localizada na Rua do Bom Jesus, Antiga Rua dos Judeus, 197, Bairro do Recife.



Foto 01 – Rua do Bom Jesus



Foto 02 – Fachada da Sinagoga Kahal Zur Israel.



Foto 03 – Vista interna do salão de orações da Kahal Zur Israel.

Aqui, funciona também o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, AHJPE, que procurei para consultas e entrevistas inúmeras vezes.



Foto 04 – Salão de Exposições do AHJPE.

O trabalho de campo também foi realizado nos dois cemitérios israelitas em funcionamento na cidade. Um deles é o Cemitério Dos Israelitas localizado na Rua Manoel Salvador, no bairro do Barro, zona oeste da capital, a poucos metros da Estação Werneck, do Metrô. Antes, a entrada se dava pela Rua Padre Diogo Rodrigues. Inaugurado em 1927, o cemitério fica ao lado de outro, o Paroquial do Barro, o qual pode ser visto com o muro pintado de azul na Foto 05.



Foto 05 – Fachada Cemitério dos Israelitas do Barro.



Foto 06 – Vista interna do Cemitério dos Israelitas do Barro.

O novo Cemitério dos Israelitas (Fotos 07 e 08) está situado no Bairro do Curado, na Rua Itamonte, S/N. Fica ao lado de outro cemitério, o Parque das Flores onde são enterradas

peças de outras religiões. A construção teve início em 1995 e o primeiro sepultamento ocorreu dois anos depois.



Foto 07 – Fachada Cemitério dos Israelitas do Curado.



Foto 08 – Vista interna Cemitério dos Israelitas do Curado.

Todos os dados foram coletados em alinhamento com a proposta do fazer antropológico, tomando como base duas ‘ideias-valor’: *a observação participante* e a *relativização*. Ambas podem proteger a pesquisa de um possível etnocentrismo e resultam das ‘faculdades do entendimento sócio-cultural’: o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever* (OLIVEIRA, 2000:33). De acordo com este autor, uma vez em campo, a primeira experiência do pesquisador está no *olhar*, que deve ser criterioso e diferenciado.

Oliveira também considera que todos nós desenvolvemos sistema próprio que interfere diretamente na forma de percebermos o mundo e esse conjunto de ideias e valores funciona tal qual uma lente, um prisma que permite a passagem, mas transforma este apanhado de informações na forma de imagem’. Um processo que Roberto Cardoso chama de *refração do olhar*:

“Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual – disciplinadamente apreendido durante nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos – funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem” (OLIVEIRA, 2000:19).

Na concepção do autor, o olhar, isolado, não é capaz de apreender toda a informação disponível no campo de trabalho. É preciso complementar o levantamento de dados com outra prática tão importante quanto ‘laboriosa’: o *ouvir*, de idiomas, dialetos, conversas, rituais, cantos, ladainhas, rezas, tudo o que possa levar à plena compreensão do sentido para o indivíduo, ou povo, grupo, e a significação para o antropólogo. Isso só ocorre quando nos propomos a alterar o modo como nos inserimos no universo em estudo, transformando a relação entrevistador x entrevistado em pesquisador x interlocutor. Sob esse aspecto, Roberto

Cardoso toma como referência alguns dos mais significativos estudos de *Malinowski*, quando este afirma que o etnólogo exerce um enorme poder sobre o interlocutor, daí a necessidade da equiparação de forças em favor do diálogo (OLIVEIRA, 2000:23-24).

Completando o conjunto, o *escrever* que depende da língua falada entre os interlocutores, de símbolos e códigos e do próprio vocabulário da disciplina, o modo como se costuma comunicar no exercício de seu *métier* (OLIVEIRA, 2000:26). Ainda durante o escrever, vamos nos deparar com uma segunda refração do olhar. Agora, o olhar para trás, o estar lá. É mais uma ferramenta na etapa do trabalho definida como *being here*, estar aqui, na sala de aula, no gabinete, no escritório, em contato direto com todos os elementos novos que são agregados em conversas, consultas e leitura. Este é o momento de traduzir tudo o que foi visto e ouvido durante o *fieldwork* e que ganha nova dimensão com esse distanciamento (OLIVEIRA, 2000:27).

As entrevistas também fizeram parte do processo. Os interlocutores foram selecionados a partir de três critérios básicos. O primeiro, ser judeu. O segundo, se auto-atribuir a condição de judeu – reconhecer-se assim e o terceiro, por ter sido espontâneo o contato de pessoas em busca de informações sobre costumes praticados por suas famílias ainda que se declarassem seguidoras de outra religião, mas que não entendiam ou não sabiam explicar o porquê de determinadas práticas repetidas e reproduzidas por inúmeras gerações ao longo do tempo.

Informo que alguns dos depoimentos fazem parte dos estudos que são desenvolvidos no AHJPE, Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, pela professora Tânia Kaufman, orientadora dessa dissertação, sobre costumes judaicos no sertão de Pernambuco.

À exceção dessas, na maioria das vezes, as informações foram coletadas com o uso de bloco de anotações para evitar que qualquer equipamento intimidasse o interlocutor, que poderia não se sentir à vontade com câmeras ou gravadores, criando, deste modo, um ruído de

comunicação que não colaboraria em nada com o processo. Entretanto, câmeras fotográficas foram utilizadas para registrar imagens e detalhes que ajudam a enriquecer a compreensão e o entendimento das situações e objetos citados ao longo da dissertação. Sobre as entrevistas, é preciso ressaltar também que elas não seguiram um roteiro pré-formatado. Fiz perguntas abertas em tom de informalidade, facilitando, no meu entendimento, o contato e minimizando ao máximo o risco de manipulação ou indução das respostas ofertadas.

É fundamental destacar que a pesquisa também se baseou em material audiovisual e informações colhidas durante a realização de uma série de reportagens especiais que produzi para a Rede Globo Nordeste sobre as afinidades religiosas, econômicas, culturais e científicas entre o Estado de Israel e Pernambuco.

O resultado final, produto de mais de dois anos de trabalho e ora apresentado, está subdividido nos seguintes movimentos: *Sobre a morte no Judaísmo, Sobre respeito, tradição e mudanças, Sobre análise e reflexões e Sobre o que falta ser dito.*

Ao escrever cada um desses capítulos, cuidei para que todos se apresentassem aos possíveis interessados como uma leitura fácil, didática e, evidentemente, interessante. Do contrário, muito do seu sentido se perderia uma vez que não identifiquei qualquer utilidade para a sociedade uma produção científica ser compreendida apenas por quem a faz, a orienta e aqueles que já tenham algum tipo de conhecimento sobre o tema.

Sobre o primeiro capítulo, ele trata da significação da morte para os judeus a partir de seus próprios valores, costumes e crenças, mas construída também dentro de um entendimento maior que se dá no entrecruzamento do significado da morte para outros povos e culturas que não a judaica.

No segundo capítulo, apresento o resultado do meu trabalho de campo realizado entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011. Primeiro, no Estado de Israel, no Oriente Médio. Depois, em Pernambuco, percorrendo cinco (05) cidades da Mata Norte, Sul, Região

Metropolitana, Agreste e Sertão do Estado. Nestes lugares, visitei sinagogas, cemitérios, centros de estudo, arquivos, ‘rodovias’ e a casa de diversos interlocutores que muito contribuíram com seus depoimentos a respeito de ‘fazeres’ e costumes que se constituíram verdadeiros documentos orais devido à importância de fatos e riqueza de detalhes que, sem registros escritos, poderiam se perder com o tempo.

O terceiro capítulo traz uma análise sobre o que fui encontrando durante o trabalho de campo ao mesmo tempo em que proponho reflexões e crio pontes com os pensamentos de diversos autores que balizaram essa pesquisa a exemplo de Van Gennep, Mariza Peirano, Émile Durkheim, Edgar Morin e Lévi-Strauss. Eles nos ajudaram a entender o que havia de particular e de universal dentro desses ritos que marcam a passagem de um mundo a outro, o dos vivos e o dos mortos.

Avaliar e deixar minhas impressões a respeito da “morte, Judaísmo e as transformações ao longo do tempo aqui em Pernambuco” constituem a ideia do quarto e último capítulo dessa dissertação, *Sobre o que falta ser dito*. Mas não só isso. Também proponho alguns questionamentos para o futuro. Afinal, por maior que tenha sido o esforço e melhores as intenções, infelizmente, devido ao tempo e aos “imponderáveis da vida”, dois anos de mestrado não dão conta de tudo o que o objeto de estudo nos apresenta. Todavia, do que me foi apresentado e pude explorar como devia, peço atenção e licença para compartilhar a partir de agora.

1. SOBRE MORTE E JUDAÍSMO

Comungando com Boas, penso que tudo pode e deve ser encarado como objeto de estudo, principalmente se essa tomada de atitude carrega em si alguma possibilidade de ampliação ou construção de um conhecimento acerca daquilo que ajuda a formatar, a dar uma “cara” à nossa identidade e facilitar a compreensão de quem somos nós, a partir de um olhar novo sobre o que está posto. Pois, ao antropólogo, cabe estranhar o prosaico, o cotidiano.

Ao longo dos séculos, uma das principais perspectivas do povo judeu foi manter sólida a sua identidade, suas crenças, não importando o local onde se estabelecessem em função das constantes mudanças forçadas, movidas por uma necessidade de sobrevivência face às constantes perseguições, historicamente, reiteradas. Na Ásia, na Europa, nas Américas, na África, onde quer que a gente vá, encontramos judeus respeitando, vivenciando e mantendo seus próprios valores, na maioria das vezes, em alinhamento com a comunidade local como demonstração de tolerância, e mais que isso, estratégia de sobrevivência, (CERTEAU, 2009).

Em vários momentos históricos, ao longo dos séculos, de forma periódica, os judeus só puderam vivenciar suas tradições de forma velada, como uma estratégia de proteção e sobrevivência. Assim foi com a guarda do *Shabat*, dia sagrado dedicado ao descanso, que começa ao anoitecer da sexta-feira e termina sábado à noite; também com as leis dietéticas, em hebraico “*Kashrut*” e demais costumes judaicos. Com aqueles relacionados à morte, a exemplo do luto e formas de enterramento, não foi diferente.

Em todas as sociedades, em todos os tempos, este foi um tema sempre presente. Costuma-se dizer que ninguém morre sozinho no sentido de que a morte acaba por implicar no cotidiano dos que permanecem vivos com conseqüências as mais diversas, como salienta o pensador Antonio Motta:

“quando fraturado ou confrontado com a extrema ruptura que é a morte, o grupo, cada um à sua maneira, busca integrar tal fenômeno ao seu universo de representações mentais e de práticas institucionais, o que confere à morte um sentido singular em relação ao que cada povo ou cultura adota como sua própria concepção de vida. Entretanto, se existe uma enorme diversidade em relação às formas rituais (danças, banquetes, cultos, cerimônias) e aos costumes mortuários (enterramento, mumificação, cremação, exposição do cadáver ao ar livre, imersão em água, canibalismo etc.), há também elementos que o aproximam: a morte é percebida na maioria das sociedades como a manifestação de uma desordem” (Motta, 2009:25).

Desordem. Inominável. Incômodo. Incompetência. Antítese. Negação da vida. Medo. Superstição. Tabu. No Ocidente, nada de positivo foi relacionada a ela, a morte. Não aprendemos a lidar com ela, isso sim motivo de espanto. Fim de um processo iniciado com o nascimento, a morte é evitada a todo custo pela maioria das sociedades ocidentais das mais diversas formas: o avanço da medicina, dos cosméticos, a imposição midiática, a cobrança da juventude eterna, o silêncio. O silêncio que, segundo Sartre, é reacionário.

Não se fala sobre a morte e o que ela representa. Fala-se da vida, como se ela não encerrasse em si a morte, ambas parte de um mesmo ciclo. Um duplo indissociável como par de opostos fundamental para a estrutura: universal e particular, natural e cultura, belo e feio, bom e mau, vida e morte.

Para Manuel Castells (CASTELLS, 1999:79), o processo de socialização e interação das pessoas se dá em todo e qualquer espaço, não importa se é a vila, o subúrbio, o local de trabalho ou entre vizinhos. A cidade ou o campo. Por isso, a idéia de não focar a pesquisa apenas no Recife onde foi construída a primeira sinagoga das Américas, e que abriga o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, AHJPE, mas também outras localidades nas quais as tradições e costumes possam ter sofrido influências, adequações ou até mesmo ter sido incorporadas a outras práticas religiosas que não o judaísmo. O que antes era praticado como

uma forma de desviar a atenção de curiosos, hoje, pode se repetir com outro significado sem qualquer explicação lógica. Exemplo disso encontra-se no sertão pernambucano, quando se ouve dizer que uma criança não pode apontar para uma estrela. Do contrário, nasceria uma verruga no dedo ou nariz. Ao perguntarmos por que é assim, certamente, a resposta dá conta de que foi uma avó ou alguém mais velho que contou ser essa a realidade. Poucos sabem que os cristãos-novos contavam a estória da verruga para que as crianças não avisassem sobre o nascimento da primeira estrela no começo do *Shabat* e assim acabassem identificados como judeus na comunidade e, por consequência, fossem entregues à Inquisição.

Este cruzar de fontes de significado e de reconhecimento social permite interpretações variadas. Dentro deste processo confuso e fragmentado, como afirma Castells (CASTELLS, 1999:80),

“subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformaram-se em sua identidade”.

Por meio dessas estruturas e rede de relações simbólicas, é criado meio para o estudo antropológico entender as comunidades e suas características mais particulares. Daí, a necessidade de compreender o modo como as diferenças culturais, o tempo, a religião e as questões de ordem econômica e social interferiram na vivência do luto e nas formas de enterramento judaicas em comunidades da capital e do interior de Pernambuco.

Há que se ressaltar ainda a importância desta pesquisa, ora apresentada, em face da pouca ou quase nenhuma informação documentada existente. É fato que boa parte ou a maior parte de tudo o que se conhece sobre o tema, nos dias atuais, deve-se à história oral, realidade fácil de ser compreendida uma vez que me refiro a um período no qual qualquer objeto ou relato, enquanto documento, podia se tornar uma prova para os tribunais da Inquisição. Buscar esta história assume caráter imperativo, neste momento, em que a sociedade tenta

encontrar, na aceitação de diferenças e traços singulares, o caminho para o respeito à diversidade que configura a espécie humana como forma de construção de um mundo mais igual e solidário.

Deste modo, entendo que questões desta ordem tornam-se motivos dos problemas científicos para a investigação sistemática. E mais: nestes termos, é fundamental ressaltar a imperiosa necessidade de se ampliar o material disponível para consulta e pesquisa sobre um tema ainda pouco explorado de modo detalhado.

Volto ao começo desta seção para tratar de um aspecto que, em hipótese alguma, posso deixar de lado. Os tempos mudaram. Os modos de vida também. E não há meios de fecharmos os olhos para o fato de que, por mais isolados e distantes que sejam certos lugares, o planeta, hoje, é uma grande aldeia onde creio ser quase impossível que costumes, tradições e comportamentos guardem em si mesmos um quê de austeridade e total imunidade contra a influência do que venha ou aconteça fora de seus próprios limites. Com a morte, e com tudo o que lhe diz respeito não é diferente. Nem poderia, se considerarmos, como sugere por prudência José de Souza Martins, a tão utilizada quanto polêmica contribuição das “três raças” formadoras da sociedade brasileira:

“Nenhum desses ‘grupos de origem’ é real e substantivo. A categoria ‘branco’ constitui aqui enorme diversidade de culturas. O mesmo se deve dizer em relação ao ‘negro’ e sua diversidade de tradições culturais e de línguas. Coisa que se repete também em relação ao ‘índio’. A sociedade dominante em nossa formação, a sociedade portuguesa, era na nossa origem, e continuou sendo por vários séculos, uma sociedade estamental. Cada estamento, cada camada social, era densamente peculiar em relação às outras, havendo entre elas poucas convergências, como se fossem sociedades diferentes. Com a mestiçagem aqui no Brasil, essa diferenciação se complicou: uma estrutura social estamental se sobrepôs a uma estrutura estamental étnica, o que tornou mais complexos ainda os mecanismos sociais e culturais de afastamento e interdição de relacionamentos entre diferentes grupos”. (Martins. 2005:77,78)

A partir dessas proposições, ficou mais fácil compreender, no campo, porque nem sempre encontrei os ritos e todo o simbolismo judaicos tal e qual em outras épocas. Muitos sofreram influências diretas, outros se revestiram de significados diversos, muitas vezes, sem que nem mesmo seus atores possam ou consigam explicar por que.

Assim como no passado, a morte continua desafiando o entendimento e o imaginário dos indivíduos das mais diversas crenças e religiões, dos mais variados grupos, sendo válidas algumas reflexões: nós nos reconhecemos ou nos toleramos? Compartilhamos o mesmo espaço ou nos segregamos em guetos e comunidades, que se tornam mais fluidas nestes tempos em que não apenas a economia, mas a cultura também experimenta os efeitos da globalização? De acordo com o filósofo Jean Daniel:

“As pessoas descobrem diferenças misteriosas, desconhecidas para outros, no interior de um universo da mesma etnia, da mesma língua, às vezes, da mesma crença. Nestes casos, o que faz com que o próximo pareça mais estrangeiro que o estrangeiro?” (DANIEL, 1999:16).

Olhar o estrangeiro, o outro, é também um meio de enxergar a si mesmo e, assim, tentar se descobrir guiado pelas diferenças e similitudes identificadas. Desta forma, antes de tentar entender qual o significado da morte para os judeus e a forma como eles vivenciam as experiências ligadas a ela no estado de Pernambuco, é preciso transpor outra etapa.

A tarefa não é simples e não importa quem se proponha a executá-la. Definir o que quer que seja esbarra em uma série de obstáculos. Eles vão do mais simples ao mais complicado. Pode ser pessoal, estilístico, lingüístico, cultural, imposto por uma confusão de ideias referentes àquilo que se quer nominar. Fato é que essa missão pode se tornar ainda mais complicada quando o que queremos definir é a morte. O que é a morte, com tudo que ela pode suscitar?

A depender da obra pesquisada, o verbete apresenta inúmeras interpretações. Para citar algumas, “ato ou fato de morrer; falecimento; fim da vida animal ou vegetal; pena capital; destruição ou ruína; pesar profundo; fim ou termo”.

Descolada das páginas do livro de vocábulos, a morte parece não caber no significado das palavras. Nas ruas, a morte é descrita como a única e irrefutável certeza da vida, ironicamente, seu par de oposto e duplo por consagração, sem a qual não teria sentido. Repousaria aí o senso comum ou a sabedoria popular, própria de quem vive a vida, o verdadeiro intelectual no entendimento de Edgar Morin.

Trafegando nesses dois mundos, o saber popular e a intelectualidade, o escritor pernambucano, João Cabral de Melo Neto, define a morte como Severina, que “é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia”. A morte, de fisionomia sofrida do nordeste brasileiro, tem a capacidade de se transformar de uma cultura para outra. É mutável na medida das crenças, religiosidade e superstições de um povo.

Para os egípcios, a morte acabou associada às feições de um grande deus daquela mitologia, Osíris. Inicialmente considerado o protetor da vegetação, ele passou a governar o submundo, decisão que tomou para proteger o filho *Hórus*, que nasceu após sua morte. Osíris, primogênito de *Geb* e *Nut*, irmão e esposo da deusa *Ísis*, governou o Egito, mas acabou morto por seu irmão *Seth* que o esquartejou e espalhou os pedaços de seu corpo pelo país. *Ísis* conseguiu reunir todas as partes de seu corpo e o ressuscitou com a ajuda de outros deuses. De volta à vida, Osíris não quis reassumir seu posto e o deixou para o filho, passando a comandar o submundo com seus espíritos e a julgar o destino de vivos e mortos.

Encontramos uma realidade semelhante, enquanto estrutura do mito, entre os seguidores do Candomblé. Para eles, existem dois mundos: o dos vivos e o dos mortos. Unindo, ou separando, essas duas dimensões há uma espécie de limite, um portal, cujo

controle cabe a uma divindade, o Orixá *Nanã*, ou *Iniê* para os africanos. Assim, como Osíris, é ela quem determina aqueles que passam de um lado a outro. Daí, talvez, venha o respeito, o temor e, também, a adoração com que é tratada em todas as Casas de Santo onde é a mais temida de todos os orixás. Segundo Mario Cesar Barcellos,

“Nanã é o encantamento da própria morte. Seus cânticos são súplicas para que leve *Iku* – a morte – para bem longe e que permita que a vida seja mantida. É a força da natureza que o homem mais teme, pois ninguém quer morrer! Ela é a Senhora da passagem desta vida para outras, comandando o portal mágico, a passagem das dimensões. (...) Considerada a *Iabá* (Orixá feminino) mais velha, foi anexada pelos iorubanos nos rituais tal sua importância. Nanã é a possibilidade de se conhecer a morte para se ter vida. É agradar a morte, para viver em paz. Nanã é a mãe, boa, querida, carinhosa, compreensível, sensível, bondosa, mas que, irada, não reconhece ninguém” (BARCELLOS, 2005:93).

Na Antiguidade, entre os gregos, a morte era assunto recorrente, uma constante entre os filósofos daquele período. Para citar um exemplo, temos Epicuro. Ele falou sobre a morte em uma de suas três célebres cartas, a enviada a Meneceu, conhecida como *Carta sobre a Felicidade*.

“Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações, e a morte é justamente a privação de sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade. Não existe nada de terrível na vida para quem está perfeitamente convencido de que não há nada de terrível em deixar de viver. É tolo, portanto, quem diz ter medo da morte, não porque a chegada desta lhe trará sofrimento, mas porque o aflige a própria espera: aquilo que não nos perturba quando presente não deveria afligir-nos enquanto está sendo esperado”. (EPICURO, 2002: 27,29)

Estudos das mais diversas áreas mostram que, ao longo da história da humanidade, a morte e todo o seu universo sempre exerceram um fascínio sobre o homem. Talvez por não termos, até hoje, uma não, mas incontáveis respostas ligadas ao tema. Entre a ciência e a religião, o misticismo ou qualquer outro termo que se queira usar para definir aquilo que escapa à razão e à lógica, há uma espécie de vácuo com a medida exata do incerto, do inexplicável. Na Filosofia, *Espinosa* abordou o assunto e foi objeto de citação quando do *Ensaio sobre a Finitude*, de *Françoise Dastur*:

“Vencer a morte, tal é a proposta não somente da metafísica, que almeja o conhecimento do supra-sensível e do não-corruptível, mas também da religião, enquanto esta é promessa de sobrevivência pessoal; da ciência, que eleva a validade de uma verdade independente dos mortais que sobre ela refletem; e, de forma mais geral, do conjunto da cultura humana, já que esta se fundamenta, essencialmente, na transmissibilidade de técnicas que constituem o tesouro durável de uma comunidade, estendendo-se por várias gerações”. (DASTUR, 2002:06)

Elas passam as gerações, e assim tem sido no decorrer do tempo, em todas as culturas, civilizações e povos. De acordo com alguns autores, entre eles Edgar Morin e a própria Dastur, dentro de uma análise da antropologia da morte, as sociedades arcaicas negavam a finitude da vida, antes acreditavam que ela prosseguia. Havia apenas uma mudança de plano. Os mortos continuavam “vivendo” num mundo invisível associado ao nosso, o dos vivos, que seria influenciado por eles. São ideias que estão em perfeita sintonia com a forma de lidar com a morte de vários povos indígenas, entre os quais os Mamaindê e os Krahó.

Ainda na década de 1970, os Krahó viviam na área próxima à margem direita do Rio Tocantins, na parte norte do cerrado do então estado de Goiás, Brasil. Eram em torno de 600 indivíduos distribuídos em cinco aldeias. Entre as atividades de subsistência, a tribo caçava, mantinha uma agricultura de coivara e coletava alguns itens, além da criação de gado, quando possível.

Para Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1978:02), esse processo, a morte, não destrói apenas o organismo do indivíduo, mas também toda uma imagem formada por etapas, ciclos, eventos que podemos denominá-los “ritos de passagem”. E eles são inúmeros ao longo da vida de um indivíduo indígena: nascimento, iniciação, casamento e, claro, morte. Essa imagem é chamada de *status* por M. Fortes (FORTES, 1969 [1949]:55). Ele afirma que, por ocasião da morte, o *status* será desconstruído, “a personalidade social deve ser cancelada por rito ou cerimônia.” Se a morte não escolhe sexo nem idade, o mesmo não se pode dizer do tratamento dispensado pela sociedade a este ou aquele morto, que vai variar de acordo com o sexo, idade e também com a posição ocupada dentro e fora da sociedade, no âmbito interno e no externo, na casa e no pátio da aldeia. E existem duas, acreditam os *Krahó*: a dos vivos e a dos mortos.

A princípio, a lógica é de fácil compreensão. Ao morrer, o *Krahó* deixa a aldeia dos vivos e passa a habitar a aldeia dos mortos. Seria simples, se o *karõ*² aceitasse. De acordo com os *Krahó*, o indivíduo pode querer permanecer na aldeia dos vivos ou voltar a ela depois de ter partido. Os motivos seriam vários. Para citar dois: apego aos parentes ou a saudade destes que impede que o *karõ* siga seu novo caminho a partir de três possibilidades como causa da morte. A primeira e menos polêmica é o acidente, carregado do caráter repentino. Enquadram-se nele as quedas, as picadas de animais peçonhentos, o nascimento de crianças mortas e até alguns suicídios, dependendo do caso. Por outro lado, as duas outras causas são mais complicadas: o feitiço e a doença. Nesta, ocorre que o *karõ* resolveu deixar o corpo. No geral, resultado de um contato excessivo com parentes mortos. Com relação ao feitiço, ele se caracteriza pela introdução de uma substância estranha ao corpo, o que é feito a propósito, com más intenções.

² *Karõ* – ele habita o corpo, podendo se ausentar no sonho e na doença. Sobrevive ao homem. Algo como *alma* ou *espírito*. Pode assumir forma diferente do corpo que habita. Plural: *mekarõ*.

Entre os *Krahó* está mais do que estabelecido: o lugar da morte é o lugar de origem: a casa da mãe, ainda que para tanto o indivíduo precise passar por um longo e doloroso transporte até ela, a casa da mãe. Eles crêem que são os parentes mortos da mãe que vêm buscar o *karõ*. Antes mesmo da morte, ao se observar duas de suas causas, é possível perceber o valor da ideia de espaço e lugar. Na doença, o *karõ* escapa, um movimento de dentro para fora. No feitiço, a substância entra, o movimento é de fora para dentro.

É importante notar também outro detalhe: a morte significa a saída do *karõ* do corpo do doente que pode ser entendida com a saída de um indivíduo da aldeia dos vivos para a entrada na aldeia dos mortos. Os *Krahó* estabelecem uma forte dicotomia. Cada uma está de um lado, no extremo oposto ao outro e a premissa vale para todas as outras possibilidades. São padrões contrários. Vivo/morto. Claro/escuro. Alegre/triste. Corrente/parado. Fiel/traidor. Dentro/fora. Quando o corpo transpõe a porta da casa da mãe está consumada a sua expulsão da vida doméstica. Trata-se do momento principal dos ritos funerários.

Para os *Krahó*, tão ou mais importante que o lugar da morte é onde se guarda o morto. Quanto mais próximos, mais queridos. À época da pesquisa de Manuela Carneiro da Cunha, embora já existisse cemitério, seu uso não era comum. A maior parte dos enterros ocorria atrás das casas maternas. Pode parecer óbvio, mas destaco o detalhe porque o morto poderia ser casado (a) e o enterro não seria atrás da sua casa, mas da casa da mãe. Há relatos também, que num período anterior, com as tradições ainda mais fortes, havia dois enterros, o primeiro e o secundário. Este, o secundário, então com os ossos limpos, lavados e pintados de urucum, ocorria dentro da casa em local próximo onde o morto costumava dormir.

Sobre a ornamentação, ela trata de um conjunto de ações relacionadas ao corpo do morto, traduzindo todo um código de normas sociais para os que ficam e ratificando a história de quem parte. O conjunto compreende a lavagem do corpo, o corte de cabelo, a inserção de

batoques auriculares nos homens, empenação³ ou a tintura com o urucu. De modo simplificado, a tintura seria uma ornamentação mais simples e a empenação, uma forma de distinguir, de valorizar e elevar o indivíduo diante da comunidade. Para os enlutados, a ornamentação também se apresenta como um código, cheio de simbolismo. Durante o luto, cujo período pode variar a depender de inúmeros critérios, os parentes do morto não podem cortar o cabelo nem fazer as pinturas corporais. Na prática, isto significa que eles, por enquanto, não podem participar da vida pública da aldeia.

Já os Mamaindê têm origem Nambiquara. O termo, de origem Tupi, significa “orelha furada” e se refere aos vários grupos que ocupavam a região que corresponde ao noroeste do estado do Mato Grosso e às áreas próximas ao estado de Rondônia, entre os afluentes dos rios Juruena e Guaporé até as cabeceiras dos rios Ji-Paraná e Roosevelt. Todo este território compreendia a Serra do Norte, a Chapada dos Parecis e o Vale do Guaporé. Tais áreas correspondem respectivamente aos limites norte, sudeste e sudoeste do território Nambiquara. É importante destacar que a Serra, a Chapada e o vale não eram distintos apenas geograficamente. Seus traços culturais também eram marcados pela diferença, incluindo a língua.

Os Mamaindê se localizam no extremo norte do Vale do Guaporé e sua língua é, portanto, classificada como Nambiquara do norte. Devido a uma série de epidemias, os grupos desta região foram desaparecendo, tanto que não eram encontrados mais do que 550 indivíduos de acordo com estudos feitos por Price no fim da década de 1960. Com relação aos Mamaindê, não passavam de cinquenta, divididos em três aldeias. Hoje, este número cresceu, aproxima-se de duzentos. Ao todo, baseando-se no censo mais recente feito pela Funai, há 08 anos, os Nambiquara chegavam a 1.331 indivíduos. A maioria habita uma única aldeia, o

³ Empenação – aplique de pequenas penas de juriti, periquito ou gavião sobre a seiva de pau de leite usado como cola. O colo, a risca de cabelo e parte dos antebraços e das pernas nunca são empenados, mas cobertos com urucu.

Posto Indígena Capitão Pedro. Entre os Mamaindê, também vivem índios dos grupos Da'wendê e D'awandê. No fim das décadas de 1960 e 1970, eles quase desapareceram. Os Mamaindê acabaram casando também com outro grupo, os Nagarotê, de quem eram inimigos, e, nos dias atuais, podem ser encontrados em uma aldeia denominada *yu'kotndu*, que significa “pendurada na beira ou na boca”, uma referência ao planalto onde está posicionada e a serra. No seu sopé, se encontram as roças, próximas aos rios.

Em sua pesquisa, Joana Miller aponta vários fatores considerados pelos índios no momento de escolher o local da aldeia. Qualidade do solo, que deve ser arenoso, vegetação, proximidade da água, distância de insetos e bichos peçonhentos. Todavia, a aldeia só será considerada como tal a partir de um critério: o enterro dos mortos. Sem ele, a aldeia perde muito do seu significado. Observemos o que disse Price: “as aldeias Nambiquara não são definidas pelas suas casas, mas pelas suas sepulturas”. E elas não ficavam a alguns quilômetros ou horas de caminhada. De modo algum. Os enterros costumavam ser feitos na praça da aldeia. Era deste modo que os Mamaindê lembravam os ancestrais.

Durante inúmeras entrevistas, questionamentos, sempre que perguntados sobre sítios antigos, os Nambiquara acabavam informando locais de enterramento que correspondiam a acampamentos de roça, que eram comuns. Eles surgiam sempre pelas mesmas razões: determinações climáticas e facilidade de colheita e plantio. As roças não podiam ficar muito longe das aldeias, até três horas de caminhada. Os grupos chegavam a passar meses longe da aldeia. Quando algum enterro era feito nessas áreas, elas também podiam ser consideradas aldeias. No centro de algumas, uma casa era considerada especial, a *casa das flautas*, que guardava instrumentos feitos de taquara. Eles não podiam ser vistos pelas mulheres e, atualmente, são deixados em pontos dentro do mato já que os Mamaindê, bem como os Nagarotê, não têm mais a casa das flautas conhecida por muitos também como *casa das almas*.

A relação entre os ornamentos corporais e as noções de “alma” ou “espírito” na Amazônia foi especialmente explicitada nos estudos que se voltaram para os sistemas de nomeação. Focalizando os sistemas onomásticos ameríndios e as teorias conexas sobre a alma, Viveiros de Castro (CASTRO, 1986:383-390) observou que a análise desses sistemas pode revelar como cada sociedade articula as relações entre o interior e o exterior do *socius*, configurando diferentes tipologias sociais.

Ao contrário de diversos outros grupos, os Mamaindê se diferenciavam por uma significativa pobreza no que dizia respeito à cultura material. Pelo menos foi o que registrou Lévi-Strauss em seu livro *Tristes Trópicos*, de 1938. Indigência e simplicidade foram termos usados por ele com frequência. Chamou a atenção do antropólogo, como os utensílios podiam ser guardados ou transportados em apenas um cesto dadas as limitações. Tratava-se de objetos ou enfeites corporais denominados, na maioria das vezes, de *coisa*, o termo *wasain'du* ou *minhas coisas, da wasain'du*.

O que a etnografia dos Mamaindê sugere é, justamente, a possibilidade de pensar os objetos como sendo constituídos por agências estrangeiras, assim como as pessoas. Como consequência desta concepção dos objetos, o modo como os Mamaindê descrevem a noção de espírito, associando-a aos enfeites corporais - particularmente ao colar de contas pretas - ganha uma materialidade que não costuma ser enfatizada nas descrições amazônicas acerca das noções de alma ou espírito. Geralmente, a alma é descrita como algo imaterial, intangível, sendo associada às teorias sobre o nome e a nomeação ou às noções de princípio vital, potência etc. Para os Mamaindê, ao contrário, o termo usado para designar o espírito pode ser traduzido, em determinados contextos, como “coisa”. Noto que, de certo modo, este também é o caso dos Tukano que concebem os enfeites como manifestações concretas/visíveis dos espíritos ancestrais.

Há ainda a fisiologia que define a morte como um acontecimento natural, parte constitutiva do ciclo da vida que inclui ainda o crescimento, a reprodução e o envelhecimento. Há mais definições. Para o autor José Luiz de Souza Maranhão (MARANHÃO, 2010:20), a morte, se considerada um equipamento, seria uma espécie de equalizador. Também poderia ser vista como uma *persona*, a justiceira, diante da qual todos, sem exceção, se igualam:

“Sua foice é desferida indiscriminadamente, sem levar em consideração o *status* daqueles a quem escolhe; todos devem morrer, jovens e velhos, ateus e crentes, homens e mulheres, brancos e negros – sejam ricos ou pobres. Relativizando todas as condições sociais, a morte nos mostra a absoluta igualdade entre os homens, nivelando-os ao mesmo destino.”
(MARANHÃO, 2010:20)

Todavia, sendo este um trabalho de pesquisa, torna-se condição indispensável olhar para a morte cientificamente. Isto significa observá-la, entendê-la, questioná-la, mas como fazer tudo isso se atravessamos uma época em que a morte virou um tabu? Falar sobre o assunto é quase proibido, uma blasfêmia em nossos tempos. É quase trazê-la para perto e isso, aparentemente, é correr perigo. É colocar em risco a vida, tudo o que não se quer.

A forma como nossa sociedade trata a morte acaba por interferir no processo de seu estudo. De que modo isso pode ser feito? Seguindo a tradição acadêmica, tratando-a como objeto e, por isso, dele distanciado? Logo, a grande tarefa poderia não ser definir o que é a morte, mas responder à dúvida: o que fazer com ela? Encarar, ignorar, entender? Procurar uma zona de conforto onde possamos guardá-la sem que nos inquiete? São muitas as possibilidades e poucas as certezas do mais adequado a se fazer. Entretanto, ocorre-me uma linha de pensamento de Rodrigues segundo a qual ele diz que:

“não se pode falar sobre a morte senão de uma maneira exterior, generalizada, necessariamente limitada, reificada. Ela não se deixa apreender, ela escapa. Quando a consciência a apreende, é porque a morte não existe; quando ela existe, a consciência não pode apreendê-la: nada mais

avesso ao método de observação participante dos antropólogos”.
(RODRIGUES, 2006:12)

Mas saber o que fazer com a morte não resolve a questão porque antes é preciso saber o que é ela e, neste estudo, torna-se imprescindível fazê-lo a partir do ponto de vista dos judeus. Nas várias fontes que consultei, em nenhuma encontrei a definição literal do que eles entendem por morte. Este significado passou a ser então uma construção a partir de conceitos correlatos.

A morte para os judeus é parte da Criação e, assim como a vida, faz parte de um todo. A ligação entre duas dimensões. Exemplo disso é o significado de uma palavra ligada à questão: cemitério. Em hebraico, sua tradução literal significa “casa dos túmulos”, mas ele é conhecido como “beit chai” que quer dizer casa da vida. Beit, casa. Chai, vida. Lugar do sono. Tal análise propõe entender os processos de interligação e troca de bens simbólicos.

Há que se observar o seguinte: uma vez morto, o indivíduo passa a ocupar uma posição indefinida. Ele não é mais uma pessoa, mas também não é uma coisa. Surge daí, talvez, a necessidade de espiritualizá-lo e este processo se dá por meio da vivência do luto, que varia de cultura para cultura e tem seu início marcado pelos ritos funerários, indispensáveis para construção de um conhecimento antropológico.

2. SOBRE RESPEITO, TRADIÇÃO E MUDANÇAS

Embora ligadas, e só assim compreendidas, a vida e a morte apenas podem ser experimentadas separadamente, cada uma ao seu tempo, encerrada em si mesma ou, como escreveu Morin ao citar Heráclito, “viver de vida, morrer de morte” (MORIN, 1970:09). Caso o pensamento fosse uma lei, poderíamos dizer que os judeus a seguem à risca, com uma forma própria e muito peculiar de viver que – e não poderia ser de outro jeito, vai guiar todos os ritos e simbologias judaicas no que se refere à morte e ao luto. Para tanto, quem quer conhecer e compreender este universo, ou qualquer outro do campo antropológico, necessita vigiar, permanentemente, seus preconceitos e sua lógica própria no intuito de permitir-se entender o Outro a partir da lógica dele, prática indispensável quando tratamos do estudo de uma cultura que não a nossa. Reforço: não há outro meio que não esse de entender tantos porquês que surgem durante o processo.

Acredito que o começo de uma boa compreensão seja observar dois princípios fundamentais para a tradição judaica quando pensamos as leis sobre a morte e o luto: o *kevod ha-met* e o *kevod he-chai*. O primeiro determina que os falecidos sejam tratados com reverência e respeito, sempre. O segundo se volta para aqueles que permanecem, os vivos. A partir desses princípios, identifiquei mais de 06 (seis) dezenas de elementos referentes a aspectos diversos e sobre os quais trato a seguir. A apresentação não obedece uma ordem baseada na importância, até porque entendo que todos sejam fundamentais enquanto parte de um todo simbólico, mas respeitam uma seqüência de acontecimentos iniciados com a morte, intuindo que, deste modo, seja o entendimento facilitado para aqueles que tenham muito interesse e pouca intimidade com a temática aqui trabalhada.

Desta forma, assim que se dá o anúncio da morte, ocorre o derramamento de água. Muitos pesquisadores dão conta de que este costume foi identificado em várias culturas e que

teria surgido ainda na Idade Média. Naquele tempo, acreditava-se que o espírito do morto permanecia vagando após a morte, oferecendo risco aos possíveis desafetos. Como também existia a crença de que os espíritos não conseguiam atravessar extensões de água, uma vez derramada, o espírito daquele que morreu não poderia passar por ali. Do contrário, se afogaria. Esta, mais uma prova de que inúmeras sociedades acreditavam na vida após a morte, uma vida quase física, de novo, mas em outro plano.

Há ainda outro registro no Livro Sagrado sobre o derramamento de água que seria uma expressão de culpa de uma pessoa ou nação; do remorso quando ocorria alguma calamidade (Joel 1:14) ou o reconhecimento da insatisfação de Deus com os humanos (Juízes 20:26).

A tradição vem sendo mantida ao longo dos séculos. Em Pernambuco, um dos primeiros registros do costume data de 1593, durante a primeira visitaçao do Santo Ofício ao Brasil. Naquele ano, os inquisidores, de passagem por Olinda, receberam várias denúncias. Muitas citavam ocorrências relacionadas a ritos fúnebres realizados de forma discreta e, até mesmo, disfarçada. Uma dessas denúncias foi feita contra a cristã-nova Branca Mendes. De acordo com o que disse ao Santo Ofício sua enteada Barbara Castelhana,

“quando morria alguma pessoa em sua casa como foi quando morreo hum negro chamado Gonçallo e outro Fernãodo, e outros, e assi quando morria alguma pessoa na villa mandava lançar fora toda agoa dos potes que em casa avia, e depois de os defuntos enterrados mãodava trazer agoa fresca pêra casa quãodo mandava vazar os potes perguntada alguãs vezes pellos filhos que erão meninos por que a mãodava vazar respondia que não era bom beber aquella agoa por que morreo tal pessoa”. (MELLO, 1984:100)

Seguindo o que diz o Livro do Gênesis (46:4), quando Deus diz ao patriarca Jacob: “José fechar-te-á os olhos”, no Judaísmo, os olhos do morto devem ser fechados logo após o falecimento.

De acordo com Ausubel, cabe ao filho mais velho ou, na falta, a algum parente próximo a tarefa de fechar os olhos de quem morreu (AUSUBEL, 1967:647).

Em campo, verifiquei que, durante o ritual de purificação, o responsável pela lavagem do corpo coloca sobre cada olho e boca, uma pedra pequena com o objetivo de demonstrar que nada do que o morto viu, ou ouviu, será contado por ele em sua nova vida ou em sonho a algum parente, amigo e pessoa conhecida.

Outra passagem no Livro do Gênesis (3:19) também diz “Porque és pó, e em pó te hás de tornar”. Por esta razão, o corpo deve ser colocado imediatamente no chão, a menos que a morte tenha ocorrido no hospital. Caso isso tenha acontecido, o trato com o corpo segue as normas desta unidade de saúde até que seja feita a remoção para o cemitério. No chão, orienta-se que o corpo deve ter os pés voltados para a porta, entretanto, não foi identificada qualquer justificativa para o tal simbolismo. Os braços do falecido devem ficar estendidos ao longo do corpo, e não dobrados com as mãos cruzadas sobre o peito. A cruz não é um símbolo usado pelos judeus.

Ausubel diz ainda que, uma vez no chão, nenhuma parte do corpo coberto deve ficar exposta (AUSUBEL, 1967:646). O corpo do falecido deve ser coberto logo após o óbito por duas razões. Primeira: evita-se expor em que condições o indivíduo morreu, um sinal de respeito a ele que não tem mais como se defender. Segunda: fazer com que as pessoas possam guardar a imagem do falecido em vida. Pelos mesmos motivos, o caixão com o corpo do morto deverá permanecer fechado todo o tempo.

Com o passar dos anos, o costume permanece. Em Pernambuco, assim que a morte ocorre, o corpo é colocado no chão até que seja feita a remoção do mesmo para o cemitério onde vai ser feito o sepultamento. Até que ele ocorra, o caixão permanece fechado.

Antes de ser sepultado, o corpo é lavado durante um ritual de purificação, chamado *Tahará*, que significa “purificação” em hebraico, e remete ao caráter cíclico da existência

humana e do respeito a Deus. Cíclico porque o homem que nasceu sujo e foi lavado, ao morrer, deve ser lavado também antes de retornar ao Senhor. Tal procedimento encerra em si uma demonstração de respeito. É um dos costumes mais antigos. Remonta aos tempos bíblicos.

Do chão, ou de onde tenha sido transportado até o cemitério, o corpo é colocado em um local específico que pode ser uma tábua ou mesa para purificação, como mostram as fotos 09 e 10 a seguir.

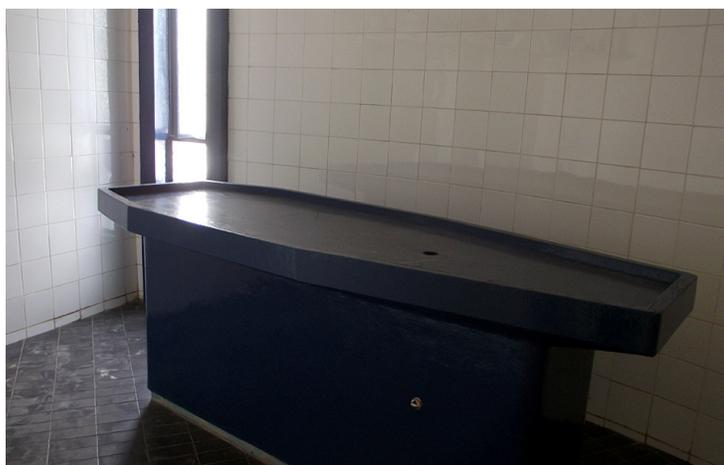


Foto 09 – Local onde é feito o ritual de purificação no cemitério do Barro.

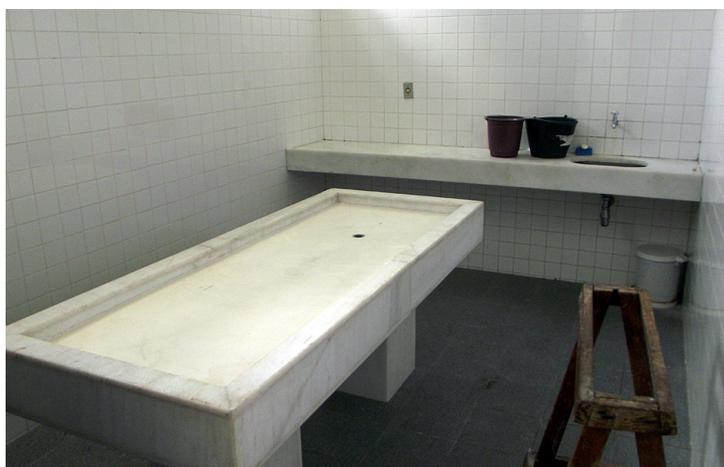


Foto 10 – Local onde é feito o ritual de purificação no cemitério do Curado.

A lavagem do corpo segue alguns critérios para sua execução. Primeiro deles: os corpos de sexo masculino devem ser lavados por homens, os de sexo feminino por mulheres. Assim tem sido feito até os dias de hoje. Esta foi a informação que recebi dos dois responsáveis pela lavagem dos corpos aqui no Recife, o dos homens e o das mulheres. Os entrevistados também detalharam a forma como realizam a purificação dos corpos, sempre no cemitério. Em sua maioria, com poucas diferenças.

Dos homens, quem cuida é Issac Essoudry, um prático do judaísmo na comunidade judaica do Recife. Ele é o responsável pela *Tahará* dos homens. Essoudry nasceu em 1935, no Marrocos, África, e com 03 (três) meses de idade foi trazido pela família para o Brasil, indo morar em Belém do Pará, norte do país. Aos 16 anos, mudou-se de novo. Desta vez, para Pernambuco onde, desde 1975, está à frente do que considera um ato de caridade para com o próximo. Ao longo desses anos, Isaac Essoudry realizou a lavagem de purificação da metade do total de 956 (novecentos e cinquenta e seis) corpos enterrados no Cemitério do Barro. No do Curado, já são mais de cem.

O que aprendeu com o pai, Samuel Essoudry, e nas leituras do *Halachá* (Código de Leis) não mudou. Os procedimentos permanecem os mesmos até hoje e devem ser feitos por três judeus do sexo masculino. Quando não há esta quantidade mínima, chama-se algum funcionário do cemitério, mas, na prática, o mais comum é fazer tudo sozinho, diz Isaac, que usa 03 (três) baldes de água. O número se refere à quantidade de expressões que o sacerdote costuma usar para abençoar alguém: “Que Deus o abençoe, que Deus o ilumine, que Deus o proteja”.

De acordo com Issac Essoudry, o primeiro balde é colocado junto à cabeça do morto, por onde se começa o trabalho. Com um pano molhado na água, se limpa o rosto, a cabeça e segue-se descendo pelos braços, barriga, órgãos genitais, pernas e pés, que devem sempre estar com as pontas para cima. A planta dos pés não pode mais ter contato com o chão como

demonstração de que o morto não está mais ligado a este mundo. Antes que a água desse primeiro balde termine, a do segundo deve começar a cair sobre a cabeça e escorrer pelo corpo. Do mesmo modo, procede-se com a água do terceiro balde para que o fluxo seja contínuo. Durante esta etapa, são feitos pedidos de bênçãos em favor da pessoa morta.

Em seguida, enquanto a mortalha é vestida no corpo, recita-se a Oração das 245 palavras encontrada em Deuteronômio (6:14) e as 03 expressões usadas pelo sacerdote, citadas há pouco, para que sejam ditas, desta forma, 248 palavras. Segundo Essoudry, este número é considerado perfeito por ser o valor numérico da palavra *Abraão*, uma vez que o corpo humano tem 248 membros (órgãos) positivos. Tradicionalmente, também são recitados os Salmos 91, depois, o 16, descritos abaixo:

Salmo 91: Poder e Justiça de Deus. Cântico para o dia de sábado.

“É bom louvar o Senhor e cantar salmos ao vosso nome, ó Altíssimo; Proclamar, de manhã, a vossa misericórdia, e, durante as noites, a vossa fidelidade. Com a harpa de dez cordas e com a lira, com cânticos ao som da cítara. Pois vós me alegrais, senhor, com vossos feitos, exulto com as obras de vossas mãos. Senhor, estupendas são as vossas obras! E quão profundos os vossos desígnios! Não compreende essas coisas o insensato, nem as percebe o néscio. Ainda que floresçam os ímpios como a relva, e resplandeçam os que praticam a maldade, eles estão à perda eterna destinados. Vós, porém, Senhor, sois eternamente excelso. Eis que vossos inimigos, Senhor, vossos inimigos não de perecer. Serão dispersados os artesãos do mal. Exaltastes a minha força como a do búfalo, e com óleo puríssimo me ungistes. Meus olhos vêem os inimigos com desprezo, e meus ouvidos ouvem com prazer o relato da derrota adversária. Como a palmeira, florescerá o justo, elevar-se-á como o cedro do Líbano. Plantados na casa do Senhor, nos átrios de nosso Deus não de florir. Até na velhice eles darão frutos, continuarão cheios de seiva e verdejantes, para anunciarem quão justo é o Senhor, meu rochedo, e como não há nele injustiça”.⁴

⁴ Salmo encontrado na página 742 da Bíblia usada para subsidiar a presente pesquisa.

Salmo 16: Oração de Davi.

“Ouvi, Senhor, uma causa justa, atendei meu clamor, escutai minha prece de lábios sem malícia. Venha de vós meu julgamento, vossos olhos vêem o que é reto. Podeis sondar meu coração, visitá-lo à noite, prová-lo pelo fogo, não encontrareis iniquidade em mim. Não pequei por palavras como costumam os homens; conforme vossas ordens, segui os caminhos da lei. Meus passos se mantiveram firmes nas vossas sendas, meus pés não titubearam. Eu vos invoco, pois me atendereis, Senhor; inclinai vossos ouvidos para mim, escutai minha voz. Mostrei a vossa admirável misericórdia, vós, que salvais dos adversários os que se acolhem à vossa direita. Guardai-me como a pupila dos olhos, escondi-me à sombra de vossas asas, longe dos pecadores que me fazem violência. Meus inimigos me rodeiam com furor. Seu coração endurecido se fecha à piedade; só têm na boca palavras arrogantes. Eis que agora me cercam, espreitam para me prostrar por terra; qual leão que se atira ávido sobre a presa, e como leãozinho em seu covil. Levantai-vos, Senhor, correi ao seu encontro, derrubai-o; com vossa espada livrai-me do pecador, com vossa mão guardai-me dos homens, desses cuja única felicidade está nessa vida, que têm o ventre repleto de bens, cujos filhos vivem na abundância e deixam ainda aos netos o que lhes sobra. Mas eu, confiado na vossa justiça, contemplarei a vossa face; ao me despertar, saciar-me-ei com a visão do vosso ser”.⁵

Vestida a mortalha, o rosto do morto é coberto com um tecido em forma de triângulo. Duas pontas cobrindo os olhos e a outra, a boca. Por cima do pano, uma pedra pequena é colocada sobre cada um dos olhos e a boca. As pedrinhas também vão poder estabelecer uma espécie de conexão com os entes queridos que o visitarem por meio das pedrinhas que deixarão sobre o túmulo, numa demonstração de apreço.

Antes do fechamento do caixão, mais dois momentos. Primeiro: joga-se um pouco de areia (de qualquer tipo) sobre e embaixo do morto. Segundo: a família é chamada para que os interessados tenham a oportunidade de ver o ente querido pela última vez, considerando-se

⁵ Salmo encontrado na página 675 da Bíblia usada para subsidiar a presente pesquisa.

que, entre os judeus, não há a exposição do corpo como é comum vermos em velórios com caixões abertos ou vazados, aqueles com um vidro à altura do rosto do cadáver. Neste momento, alguns parentes costumam chorar, passar a mão na cabeça do morto, se despedir. Outros permanecem calados.

O Ritual de Purificação das mulheres cabe a Lígia Bender. Tem sido assim desde que a mãe, Ester Luterman Bender, morreu. Bastante emocionada durante a entrevista, que ocorreu em sua residência no bairro da Boa Vista, conhecido pela quantidade e presença de judeus no começo do século passado, Lígia falou sobre tudo o que aprendeu e que não difere muito do que é feito com os homens. A diferença mais significativa identificada trata de um dos materiais usados. O álcool que substitui a água na etapa inicial do ritual que, de acordo com Bender, não tem qualquer explicação simbólica, mas uma adequação feita com finalidade prática de facilitar a limpeza.

Meus dois interlocutores, Isaac Essoudry e Lígia Bender, destacaram dois pontos como de extrema importância para ambos e que permanecem até os nossos dias. Um, trata do respeito ao morto a partir de uma ética imperativa. Cada movimento, cada tarefa executada só é feita depois de um pedido de permissão aquele que morreu ainda que se saiba que não haverá uma resposta verbal. Verbal porque há outras respostas segundo eles. Para Bender e Essoudry, através do corpo, os mortos falam. Expressam sua alegria ou descontentamento. A ausência ou excesso de rigidez muscular, facilitando ou não a lavagem de purificação, poderiam ser citados como exemplos. Os entrevistados falam também que nada sobre o estado do morto pode ser comentado com outras pessoas. O outro ponto trata de um interdito. Havendo sangue exposto sobre o morto, não importa o motivo – se acidente, tiro ou facada decorrente de um homicídio, nada pode ser feito, sequer as orações. Segundo eles, o sangue é sinal de vida.

O costume, que continua forte no Recife, pode ser identificado também em várias outras cidades embora muitas das famílias não se declarem nem se percebam judaicas. Todavia, não sabem dar uma explicação para a realização.

Em Timbaúba, um informante de origem não judaica disse que a mãe costumava dar banho nas pessoas que morriam para, em seguida, vestir uma mortalha. Na cidade de Petrolândia, até hoje, a limpeza do corpo antes do sepultamento é uma prática comum observada entre famílias de diversas religiões.

Após a purificação, “o corpo era ungido com essência de mirra e aloés; em épocas posteriores, também era perfumado com água e óleo de rosas” (AUSUBEL, 1967:648). A tradição permitia que pessoas e objetos usados em cultos fossem ungidos como sinal de que, a partir deste momento, aquilo ou aquele que foi ungido passava a ficar sob proteção divina, “afastado do mundo profano ou de volta a uma condição normal” (UNTERMAN, 1992:270). Ou seja, assim como no momento do nascimento.

É fundamental destacar outro costume que se impõe desde o momento da morte até a unção e que deve ser observado até que se concluem os funerais: o corpo nunca pode ficar desacompanhado. Seguindo a ideia já citada de que os espíritos dos mortos poderiam fazer algum mal, os parentes tentavam proteger a si mesmos e aqueles que acabaram de morrer. Por isso, até o enterro, o morto não poderia ficar sozinho em momento algum. O acompanhante, chamado *shomer* ou *shoméret*, quando mulher, que significa “alguém que vigia”, tem como tarefa recitar salmos.

O costume de não abandonar, cuidar, proteger, velar o corpo permanece. Daí, os velórios que ainda acontecem em todas as cidades pesquisadas a exemplo de Timbaúba, Vitória de Santo Antão, Gravatá e Petrolândia.

Em algumas dessas cidades, registramos outro importante traço da tradição judaica: o uso da mortalha. De acordo com Kolatch, a prática foi instituída no ano 195 d.C por Rabin

Gamliel. Para ele, ao enterrar todos do mesmo modo, fica claro que pobres e ricos são iguais diante de Deus. Chamadas *tachrichim*, em hebraico, as mortalhas são um conjunto de sete trajes separados e vestidos no falecido. Em coerência com a proposta de simplicidade, o material usado não podia ser caro ou dispendioso como, por exemplo, musselina, linho ou algodão. Nos dias atuais, percebe-se uma preferência por um tipo de tecido chamado murim.

Algumas pessoas responsáveis pela confecção dos trajes com as quais conversei durante pesquisas de campo informaram que as mortalhas não podem ter nós ou costuras para que, no encontro com Deus, o morto retorne à vida de forma mais rápida uma vez que não haveria empecilhos. As mortalhas também não têm bolsos. Isto representa um dos preceitos éticos dos judeus que diz que, desta vida, só se pode levar os ensinamentos da *Torá*, que pode ser colocada no caixão e as boas ações. Nada material pode seguir com o falecido porque nada estava com ele quando nasceu.

Outro detalhe é a cor. O branco simboliza a pureza e, desde o começo, vem sendo identificada como a cor nacional dos judeus. Pesquisadores informam que ainda no período talmúdico e pós-talmúdico, século III, várias cores eram usadas a exemplo do vermelho e do preto, mas, a partir do século XVI, o branco foi adotado.

O uso da mortalha em Pernambuco pode ser identificado desde o século XVI. Naquele tempo, o Santo Ofício registrou inúmeros depoimentos sobre o tema. Em um deles, no dia 22 de novembro de 1593, uma portuguesa chamada Maria Álvares, que se denominava cristã-nova, moradora da então Vila de Olinda, disse que uma senhora chamada de Dona Beatriz havia morrido na casa dos avós, Francisco Mendes Leam e Beatriz Mendes, ambos cristãos-novos. De acordo com a denúncia,

“Beatriz Mendes avoo da defuncta pedindosse huma camisa pera ha amortalharem disse que dessem huma das suas camisas novas pera amortalharem a dita sua neta então huã sua negra trouxe a camisa em que ha amortalharão a qual camisa posto que a ditta Beatriz Mendes disse que a dessem nova a Ella denunciante lho não pareceo muito e era lavada

encrespada que ella denunciante a ajudou abrir o desencrespar e nella foi amortalhada e sobre ella lhe vestirão hum abito de Sam Francisco, e que não lhe lembra de mais” (MELLO, 1984:111).

Mais de 400 anos depois, a mortalha continua sendo usada em Pernambuco, nos mais diversos municípios. Em Gravatá, até as décadas de 70 e 80, as mortalhas eram vistas com frequência, inclusive em crianças de acordo com funcionários do Cemitério de Santo Amaro. Em Timbaúba, embora não seja maioria, muitas famílias seguem a tradição.

Na comunidade judaica do Recife, onde existem dois cemitérios israelitas, a responsável pela confecção das mortalhas para a *Chevra-Kadisha* (em aramaico, Sociedade Sagrada – grupo de judeus, homens e mulheres, responsáveis por cuidar dos sepultamentos) é Lígia Bender. Segundo ela, a mortalha para as mulheres inclui um pequeno travesseiro para apoio da cabeça, um avental, uma toalha, um tecido com o formato de um triângulo para cobrir o rosto, uma touca, uma calça, uma camisa mais curta sem manga, uma camisa comprida e um capuz. Para os homens, um pequeno travesseiro para apoio da cabeça, uma toalha, um tecido com o formato de um triângulo para cobrir o rosto, um solidéu, uma calça (foto 11), uma camisa mais curta sem manga, uma camisa comprida (foto 12), capuz e o xale de oração.



Foto 11 – Calça que compõe a mortalha.



Foto 12 – Camisa que compõe a mortalha

Também é costume e honra para um homem que se destacou por sua conduta e piedade ser enterrado com o *kittel*. A palavra vem do Ídiche e significa roupa branca. Trata-se de uma túnica, comprida, com formato de sudário, sem adornos, usada por baixo do *talit* (xale de orações dos judeus) durante os serviços das Grandes Festas como o *Rosh Há-Shaná* (Ano Novo judeu) e o *Yom Kipur* (Dia do Perdão). De acordo com Unterman, o *kittel* também era usado ‘pelo chefe da família no *Seder* de *Pêssach* (Páscoa dos Judeus). Nos dias de hoje, o costume não mudou.

Como em outras situações, já notadas ao longo do estudo, os judeus encontraram na Bíblia a explicação para este outro ritual: o acender velas. De acordo com o Livro dos Provérbios (20:27), “O espírito do homem é uma lâmpada do Senhor, ela penetra os mais íntimos recantos das entranhas”. Na tradição judaica, a vela simboliza o corpo e a chama a alma, sempre voltada para o alto.

A vela deve ser acesa na cabeceira do falecido assim que ocorre a morte, durante a *Shivá* e nos aniversários de morte. Deste modo, os judeus acreditam que estão ajudando a alma de quem morreu no seu caminhar na direção da eternidade.

Em Timbaúba, encontramos famílias que mantêm o costume. Segundo os entrevistados (interlocutores), até o momento do sepultamento, uma ou mais velas devem permanecer acesas todo o tempo ao lado do corpo. O mesmo ocorre em Petrolândia.

Já as flores quase não são vistas. Não se trata de uma proibição, tanto que, em Israel, flores podem ser vistas em cemitérios militares, mas de uma orientação baseada no *Talmud*, a obra mais importante da Torá Oral. As flores seriam usadas para suavizar o odor do corpo em decomposição, assim como algumas especiarias, um costume em determinadas culturas que aceitam períodos mais longos para enterrar seus mortos. Como no Judaísmo, a recomendação é de que os funerais sejam realizados em até 03 dias, recomenda-se o não envio ou uso das flores.

Em Vitória de Santo Antão, na mata sul de Pernambuco, um dos interlocutores relatou que havia observado que no funeral das pessoas enterradas com mortalha não havia flores. Nem nas casas, nem no túmulo, nem com as pessoas que participavam da cerimônia. Destacou também que não associava a prática à falta de recursos financeiros.

Nos velórios, elas continuam ausentes até a presente data, mas, junto aos túmulos, como ornamento e decoração, plantas com flores são vistas com frequência, uma forma de abrandar a frieza da pedra, como mostram as fotos a seguir.



Foto 13 – Túmulo cercado por plantas com flores no Cemitério do Curado.



Foto 14 – Plantas com flores decoram túmulo no Cemitério do Barro.

A toalha e o copo com água compõem outro costume e este teria surgido pouco depois do século XIII. Os judeus diziam que seria uma forma de acalmar o Anjo da Morte, que poderia querer lavar sua espada com água e secá-la depois na toalha. A crença dizia ainda que a alma do morto talvez quisesse se limpar com água. Fato é que, no século XIX, o costume foi proibido por pesquisadores judeus.

Entretanto, algumas famílias identificadas durante o trabalho de campo, na cidade de Timbaúba, disseram que têm o costume de usar um recipiente com água sob o caixão do morto. Quando questionadas sobre a motivação, ninguém soube explicar porque o fazia. Já nas demais cidades, não houve registros da prática.

Em respeito ao princípio do *kevod ha-met* (ele trata da atenção que deve ser dada aos sentimentos, dor e angústia dos parentes de luto), o enterro de um judeu tem um prazo para ser realizado: deve ocorrer, no máximo, em até 24 horas depois do falecimento.

Acredita-se também que a alma só descansa depois que o corpo é enterrado.

Dois mandamentos bíblicos encontrados no Deuteronômio reforçam o costume. Um diz: “Enterrá-lo-ás no mesmo dia” e outro: “Não pernoitará seu cadáver na forca”. Ainda assim, adequando-se aos dias atuais, devido à espera pela chegada de parentes ou normais de governo, os funerais podem ser adiados por até 03 (três) dias.

Nos dias de hoje, o prazo continua sendo respeitado entre os judeus pernambucanos. O enterro ocorre no menor tempo possível. Quando ocorre alguma demora, ela se deve ao cumprimento dos trâmites legais do local para liberação do corpo pelo hospital ou Instituto de Medicina Legal, IML. É obrigatório que o corpo seja enterrado no chão. No estado de Pernambuco, esta prática é observada há anos. Um dos primeiros registros data do século XVI. No conjunto das denúncias feitas ao Santo Ofício, há informações que reforçam o empenho de judeus e cristãos-novos em manter os preceitos de sua religião, realizando enterros em terras virgens, nunca antes usadas. Exemplo é a denúncia feita por Fructuoso de Moura contra Thomaz Lopes, o Maniquete, Jorge Dias e Gracia da Villa. De acordo com o denunciante, em 10 de novembro de 1593,

“que de quatro ou cinco annos a esta parte corre também fama publica e geral por esta terra pella sobreditta maneira que Jorge Dias mercador e Gracia da Villa outrossi mercador cristãos novos já defuntos que estão enterrados na ermida de Nossa Senhora da Concepção desta villa se mãodarão enterrar nella por ser terra virgem”. (MELLO, 1984: 54).

Em meados do século XX, o costume ainda podia ser registrado em alguns municípios de Pernambuco. Em Gravatá, agreste pernambucano, funcionários do Cemitério de Santo Amaro informaram que era comum o enterro de corpos diretamente no chão, sem o uso de caixões.

Em Vitória de Santo Antão, funcionários do Cemitério de São Sebastião confirmaram que a prática ocorreu durante anos, mas que deixou de existir no local onde trabalhavam há mais de 20 anos.

Nos dias atuais, sobretudo no interior do estado, a exemplo do município de Timbaúba, ainda há registros de pessoas que pedem para ser ou são enterradas diretamente no chão, sem caixão, mesmo sendo proibido pela legislação brasileira por questões sanitárias. Em todos os casos, os interlocutores deixaram claro que as famílias que optavam por enterrar o corpo direto na terra, sem caixão, assim o faziam não por falta de recursos financeiros, mas para atender a um pedido do morto ou decisão própria.

Ao longo da História, percebe-se uma diversidade de formas relativas ao uso, ou não, de caixões. Fosse por questões religiosas, fosse por questões sanitárias. Segundo Kolatch, nos primórdios, não existiam caixões. Depois, há um registro na Bíblia, no livro do Gênesis, que aponta que José foi posto em um caixão, quando morreu, no Egito, referindo-se a um costume egípcio e não judaico.

Já Ausubel narra que, na época de Ramban Gamaliel II, patriarca da Judéia do século II, era comum o uso de caixões, feitos com materiais caros e, dependendo da posição ocupada pelo judeu, havia toda uma ornamentação feita com flores.

Na Idade Média, prevaleceu a diversidade de regras. Na França, o uso do caixão era obrigatório, mas, na Espanha, não. No século XVI, os judeus passaram a ser colocados diretamente na terra, seguindo uma orientação dos cabalistas. Assim tem sido feito até os dias atuais em Israel.

Entretanto, no Ocidente, as leis locais exigem o uso de caixões que sofreram adequações em função de aspectos religiosos e econômicos. Começando pelo tipo de material, prefere-se a madeira porque, quando chamados por Deus, Adão e Eva se escondiam atrás de uma árvore. Por associação, ao morrer, o indivíduo também está sendo chamado por Deus e deve seguir ao seu encontro em um caixão feito de madeira. Ela pode ser de qualquer espécie, mas opta-se por aquelas mais baratas, de fácil decomposição – caso do pinho e sem polimento para que seja mantida a ideia de simplicidade, em coerência com as orientações válidas para a mortalha.

Os judeus devem evitar os caixões feitos com metal, material que está associado à guerra e que dificulta o cumprimento do mandamento que diz que “Ao pó hás de tornar”, considerando-se que o metal requer um tempo bem maior para se decompor que a madeira. Devido ao mesmo mandamento, muitos judeus costumam fazer furos nos caixões. Eles permitem a entrada do ar e da umidade que aceleram o processo de decomposição do corpo e do caixão. Hoje, nos enterros, só encontramos caixões de madeira.

Um detalhe chamou a atenção na mata sul e no agreste pernambucanos. Durante muitos anos, em Gravatá e em Vitória de Santo Antão, os moradores contavam com um tipo especial de ajuda na hora da morte. Era o que chamavam de “caixão da caridade”. As famílias que decidiam enterrar seu ente querido diretamente no chão deixavam o caixão no cemitério para que fosse usado por outras famílias, mais pobres, que não tinham condições de comprar um. Desta forma, sempre havia pelo menos um, no cemitério, à disposição.

Pelo disposto apresentado até aqui, algumas dúvidas referentes a alguns procedimentos podem ter surgido e devem ser esclarecidas de imediato. Começo pela autópsia que, para os judeus, é uma prática ligada à mutilação do corpo proibida pela lei judaica. Segundo ela, o livro sagrado dos judeus, Torá, diz que o corpo deve voltar a Deus do mesmo modo como veio à Terra. Desta forma, a realização da autópsia só seria – seria porque nem

todas as autoridades religiosas a aceitam, permitida em casos de suspeita ou confirmação de homicídio ou ainda quando motivada por alguma pesquisa no intuito de salvar outras vidas. Nenhuma mudança até agora.

Entendimento semelhante ao da autópsia é aplicado ao embalsamamento. Para que ele seja feito, o sangue, que é considerado parte da estrutura do corpo, precisa ser drenado e isso também é interpretado como uma forma de mutilação, proibida pelas leis judaicas como vimos há pouco. A orientação é de que o embalsamamento seja evitado assim como a cremação. Como em várias situações, os judeus recorrem ao Gênesis (3:19) para explicar por quê. De acordo com o livro, todos nós somos pó e ao pó deveremos voltar. Na cremação, este pó será espalhado ou guardado em urna que pode ser colocada em qualquer lugar que não seja a terra, que completa a ideia de retorno a Deus. A cremação também destrói o corpo, que ficará impossibilitado de ser ressuscitado quando o Messias vier. Distante do livro sagrado, a cremação deve ser evitada também pelos judeus porque é considerada um meio “artificial e apressado de remover o corpo de uma pessoa que era um ente querido da família” (KOLATCH, 2003:53). De acordo com Unterman, a cremação continua proibida entre os ortodoxos. Já no judaísmo reformista, ela é permitida. Tanto que os rabinos reformistas não se opõem em oficiá-la (UNTERMAN, 1992:73).

No fim dos funerais é comum ouvirmos a seguinte frase: “Possa o eterno confortá-lo junto com todos os enlutados de Sion e Jerusalém”. É que os judeus acreditam - pelo menos a maioria, que o Messias virá e chegará por Israel. Quando isso ocorrer, os mortos que tiveram uma vida piedosa e digna serão ressuscitados não importa o lugar onde tenham morrido. Como a jornada de volta para casa por sob a terra pode ser longa e cheia de dificuldades, acreditam os judeus, eles preferem ser sepultados em Israel (Fotos 15 e 16).

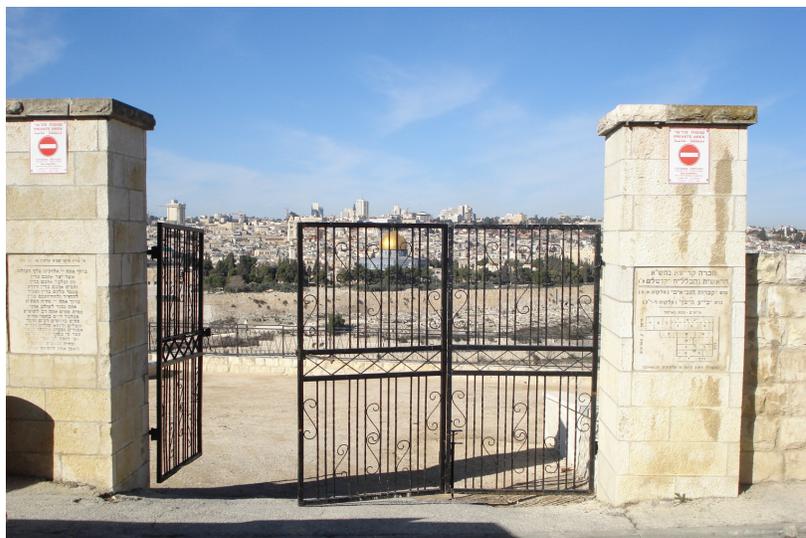


Foto 15 – Entrada do Cemitério de Jerusalém, Israel.



Foto 16 – Vista parcial do Cemitério de Jerusalém, Israel.

Aqueles que não podem, por diversos motivos, são enterrados com um pouco de terra de Israel dentro de um pequeno saco (Foto 17), colocado no caixão, como forma de preparação para a viagem. A essa terra também é atribuído um certo poder expiator.



Foto 17 – Saco que costuma ser colocado sob a cabeça do morto.

Por questões afetivas e financeiras, as famílias judaicas pesquisadas em Pernambuco, em sua maioria, enterram seus mortos no estado e ainda colocam uma porção de terra dentro do caixão. Há registros que isso aconteça no Recife e em Timbaúba, na zona da mata.

O local do enterramento pode ser uma questão complexa e não imposta pelas distâncias físicas, mas por diferenças na compreensão do livro sagrado. Do mesmo modo como em outras religiões, atentar contra a própria vida é considerada uma falta grave cometida pelo homem contra Deus. Durante muito tempo, foi proibido o sepultamento de suicidas dentro do cemitério israelita. Os corpos eram enterrados próximo ao muro, mas pelo lado de fora sem qualquer outro ritual de passagem de acordo com Unterman (UNTERMAN, 1992:254).

Com o passar do tempo, várias correntes do judaísmo passaram a tratar o suicida como uma pessoa doente, atormentada (*anús*, em hebraico) ou que decidiu tirar a própria vida para não incorrer em três pecados: a idolatria, a imoralidade sexual ou o homicídio. Por estas razões, o suicida passou a ser enterrado dentro do cemitério, mas, no mínimo, a dois metros de distância dos demais judeus mortos, próximo aos limites externos do cemitério.

Atualmente, os suicidas são vistos por várias correntes do judaísmo como pessoas que merecem o mesmo tratamento que os outros. De qualquer forma, nos dois cemitérios israelitas em funcionamento no Recife, os suicidas continuam separados geograficamente dos demais mortos, numa área próxima aos limites externos do terreno. No cemitério do Curado, há cerca de 05 (cinco) anos, uma mulher que se matou foi sepultada ao lado do muro na área interna (Foto 18). Não há nome, data de nascimento ou morte, foto nem qualquer detalhe que a identifique. O aspecto é de total abandono (foto 19).



Foto 18 – Túmulo de uma suicida, até então, único no cemitério do Curado.



Foto 19 – Detalhe da sepultura. Não existe qualquer informação que identifique a morta.

Entre os judeus, a morte é revestida de um caráter de impureza. Por este motivo, as famílias sacerdotais, que eram responsáveis pelas atividades religiosas no Tabernáculo do deserto e no Templo de Jerusalém, estavam proibidas de se aproximar de um cadáver.

Atenção especial para o *Cohen* – sacerdote, que só pode acompanhar funerais de parentes próximos. No caso de amigos e estranhos, o *Cohen* deve permanecer a certa distância do local onde o serviço é realizado. O costume ainda é observado nos dias atuais.

Outra atualidade: funerais são proibidos em dias festivos, dedicados ao agradecimento a Deus, caso do *Shabat* – dia sagrado para os judeus e do *Yom Kipur* – Dia do Perdão. Entretanto, no Judaísmo, os funerais podem ser feitos um dia depois do feriado, mesmo sendo considerado semifestivo. Abre-se uma exceção, tomando-se o cuidado de evitar outras transgressões com o objetivo de permitir que o corpo seja enterrado o mais breve possível.

Um detalhe curioso é que, também em Pernambuco, os judeus não costumam visitar seus entes queridos no cemitério em 02 de novembro, considerado o *Dia dos Finados*, no Brasil, por uma grande maioria de católicos e evangélicos. Essas visitas, entre os judeus, costumam acontecer durante o mês em que são comemorados *Rosh Hashaná* e *Yom Kipur*. Também ocorrem antes de *Pêssach*, *Shavuót* e *Sukot*, quando se pronuncia o *Yizcor*.

Os funerais e tudo o mais ligado aos ritos fúnebres judaicos são entendidos como serviços religiosos que estão atrelados ao *minian*. Contagem. Este é o significado da palavra em hebraico, mas que, na prática, nos remete à quantidade mínima de 10 (dez) judeus, todos adultos e do sexo masculino, a partir dos 13 anos de idade, necessária para a realização da leitura da Torá e de atos públicos como o *Cadish*, Oração dos Enlutados. Sem este quorum, o *Cadish* não pode ser recitado, embora o serviço religioso possa ser realizado.

Em alguns lugares, quando há alguma dificuldade em reunir o *minian* com integrantes da família do morto, é comum o pagamento a homens para a composição mínima e, desta forma, ser possível a leitura do *Cadish*. Há casos em que se considera como décimo homem,

um menino que esteja com uma Bíblia hebraica. O *minian* permanece obrigatório até os dias de hoje. A *Keriá*, palavra hebraica, refere-se a um costume antigo que surgiu a partir do livro sagrado. A passagem narra que Jacó, ao ver a túnica de José completamente manchada de sangue, depois de ter sido morto por um animal selvagem, rasgou suas próprias roupas. Em outra passagem, o mesmo fez David no momento em que soube da morte do Rei Saul. Jó também rasgou o manto que usava quando soube que perdera os filhos e o fez de pé. Por esta razão, é desta forma que deve ser feita a *keriá*, de pé.

Ela segue procedimento específico. De acordo com Ausubel, no caso dos pais, a roupa deve ser rasgada sempre com a mão e no lado esquerdo, lado do coração, para demonstrar uma afinidade maior. Já para filhos, filhas, irmãos e cônjuges, o rasgo é feito do lado direito (AUSUBEL, 1967:650). Não verificamos qualquer mudança na tradição nos dias de hoje.

Quem realiza a *Keriá* pode ser um rabino ou um oficiante competente, mas, entre os ortodoxos, que consideram um desrespeito uma mulher ser tocada por um homem estranho, uma mulher faz a *keriá* nas enlutadas. Ao terem as roupas rasgadas, os enlutados devem dizer: “Bendito seja o Verdadeiro Juiz”. Esta é uma demonstração de que, por maior que seja a dor da perda, o enlutado não culpa a Deus por sua tristeza e aceita o fato como parte do ciclo da vida.

Existe uma situação em que a *Keriá* pode ser adiada: é o casamento. Considerado o mais sagrado dos compromissos, nada pode pôr em risco sua celebração. Desta forma, só após a lua-de-mel, que dura 07 (sete) dias após o casamento, os noivos, por mais consternados que estejam, podem rasgar suas roupas e iniciar a *Shivá*, período de luto fechado com duração de sete dias (uma semana).

A resistência em se separar das pessoas queridas que morreram explica o costume de parar diversas vezes a caminho da sepultura segundo Schwartz (SCHVARTZ, 1998:41). O número de paradas variava. Em alguns casos, 03 (três) pausas. Em outros, 07 (sete). Não

havia uma determinação. Mas, ao deixar o local do enterro, esse número costumava ser 07 (sete), de novo, sem nenhuma explicação específica encontrada durante meu levantamento.

De acordo com Kolatch, o costume surgiu com um líder da academia de Sura no século IX, Gaon Sar Shalom. Cada parada servia para afastar os maus espíritos, um a um, que teimavam em acompanhar aqueles que voltavam do funeral. Outros estudiosos que vieram depois, a exemplo de Rashi e Isserles, mantiveram a explicação ao contrário de tantos estudiosos que defendiam que as 07 (sete) paradas faziam uma referência às 07 (sete) futilidades da vida que eram encontradas no Livro de Eclesiastes, *Kohélet*.

Em campo, a pesquisa identificou que essas pausas caíram em desuso em Pernambuco. Todavia, no trajeto até o local do sepultamento, as orações não cessam. O Salmo 91 costuma ser recitado 07 (sete) vezes, uma forma de manter a meditação e evitar as conversas desnecessárias.

Junto à cova, quando se desce o caixão e antes que o coveiro jogue a primeira pá de terra, o rabino ou, segundo informou ele mesmo, Isaac Essoudry pega um punhado de terra e dele são retirados 13 (treze) porções e jogadas na cova enquanto são pronunciadas 13 palavras ditas em hebraico que, em português, significam: “Ele, sendo misericordioso expia a iniquidade e não aniquila. Frequentemente, desvia Sua ira e não desperta toda a Sua cólera”. Tratam-se dos 13 atributos da misericórdia.

A misericórdia nos remete ao cuidado com o outro, de alguma forma. O consolar pode ser citado como exemplo. Esta é uma das preocupações primeiras durante o processo que envolve o morrer. Consolo daquele que se aproxima da morte. Consolo dos que sobrevivem a ela, os enlutados.

No primeiro caso, o objetivo é confortar espiritualmente aquele que está morrendo, considerando-se que ele ainda tenha condições de compreender o que ocorre em sua volta. Caso o moribundo não esteja mais lúcido, as práticas terão o ‘poder’ de assistir a alma que,

dentro em pouco, se desligará do corpo. Nos dois casos, o consolo é feito através do recitativo de Salmos.

Os Salmos também são usados com uma finalidade de caráter mágico:

“É a chamada ‘salmomancia’ pelos antropólogos bíblicos. É uma tentativa de modificar, mesmo no minuto final, o ‘decreto’ celestial que determinou a morte do indivíduo, por meio da intervenção mágica de um determinado salmo, o de número 119. Tudo indica que os antigos místicos judeus tinham descoberto uma técnica para que a sua enunciação tivesse o efeito desejado” (AUSUBEL, 1967:646).

O Salmo citado por Ausubel, o 119, trata da lamentação confiante do justo, o Cântico das Peregrinações:

“Na hora da atribulação, foi para o senhor que clamei e ele me atendeu. Senhor, livrai minha alma dos lábios mentirosos e da língua enganadora. Que ganharás, qual será teu proveito, ó língua pérfida? Flechas agudas de guerreiro, carvões ardentes de giesta. Ai de mim por habitar em Mosoc e viver em meio às tendas de Cedar! Por muito tempo minha alma tem morado com aqueles que detestam a paz. Quando dela lhes falo, eles se dispõem para guerra”.⁶

No segundo caso, o consolo tenta amenizar o sofrimento dos enlutados por meio de orações. Na saída do cemitério, após o sepultamento, era costume formar duas filas, uma ao lado da outra. Os enlutados deveriam passar entre elas enquanto os presentes recitavam a prece: “Que Deus o console junto com todos os que sofrem por Sion e Jerusalém”.

Comparecer ao funeral e visitar o túmulo são modos de demonstrar apreço e afeição pelo morto e pela família enlutada, incentivados pela tradição judaica. Entretanto, na saída do cemitério, as mãos devem ser lavadas, deixando-as secar naturalmente. Quem o faz deseja

⁶ Salmo encontrado na página 773 da Bíblia usada para subsidiar a presente pesquisa.

expressar a vontade de manter os laços criados em vida com aquele que agora está morto (SCHVARTZ, 1998:43). Para os judeus, e vários outros povos, a água simboliza a vida e reitera a crença de que a vida é mais forte que a morte.

Outros autores, a exemplo de Ausubel e Kolatch, também dão conta de que o costume teria dois objetivos. O primeiro seria o de se purificar após o contato muito próximo com um morto, não importa o grau de relacionamento com ele, uma vez que a morte é considerada uma forma de ‘poluição’ no Judaísmo. O segundo também trataria de uma purificação, mas baseada na ideia de que os maus espíritos costumam seguir os corpos e cercar as sepulturas. Desta forma, a lavagem das mãos seria uma proteção contra esses maus espíritos.

Nos dois cemitérios israelitas existentes no Recife (fotos 20 e 21), nós encontramos pias próximas ao portão de saída para que o visitante possa lavar as mãos antes de seu retorno ao lar.



Foto 20 – Pia na saída do cemitério do Barro.



Foto 21 – Detalhe da pia na saída do cemitério.

O consolo pode se expressar ainda de outra maneira: a Refeição de Condolência, *Seudat Havraá*. Considerando-se o difícil momento, os enlutados não teriam condições emocionais e físicas de preparar o café da manhã, almoço ou janta no retorno do funeral. Por este motivo, a primeira refeição dos enlutados deveria ser preparada por vizinhos como sinal de consideração pela dor do outro.

O cardápio não faz restrições alimentares, exceto aqueles alimentos proibidos pela lei dietética judaica, mas inclui símbolos da vida eterna: rocamboles, beigels redondos e ovos – cozidos e duros, principalmente, que transmitem a ideia de movimento cíclico e contínuo, como é a vida. Outro significado ligado à forma redonda dos alimentos é a ausência de arestas ou abertura, boca, sugerindo que o enlutado não teria o que falar num momento de tanto pesar. Um dos entrevistados declarou que, no Recife, esta tradição deixou de existir.

Já no interior, encontramos indícios de que o costume ainda exista. Em Gravatá, uma das entrevistadas relatou que recebeu amparo e assistência de várias pessoas durante e após o funeral de sua mãe, como pode ser visto a seguir:

“quando minha mãe faleceu, eu fiquei pra lá jogada porque foi minha mãe. Eu não tinha como ‘dominar’ nada, não estava dominando nem a mim. A casa ficou por conta de parentes e, por incrível que pareça, quando eu procurei a feira no dia seguinte, o que tinha de bolacha, o que tinha de café, o que tinha de biscoito, tinha de açúcar, tinha de pão, tinha de queijo!”

O relato traduz a surpresa da entrevistada em encontrar uma série de itens na dispensa sem que tivesse providenciado nada porque se encontrava sem condições de cuidar de qualquer detalhe da vida doméstica após a morte da mãe. Outra demonstração de carinho, atenção e compaixão para com o próximo interpretada a partir de uma mensagem do profeta Isaías, “*Consolai, consolai o meu povo, diz vosso Deus*” (40:01), a visita de condolência. Todavia, a tradição recomenda que as visitas sejam feitas entre o terceiro e o sétimo dia depois do enterro para que, nos dois primeiros, a família tenha condições de absorver tudo o

que ocorreu, organizar as ideias, refletir sobre os sentimentos e se organizar para receber a visita de quem quer que seja.

Ao longo do texto, o número sete (07) se apresentou de modo recorrente. E não por acaso. Em hebraico, ele significa *Shivá*, que corresponde à quantidade de dias equivalentes a uma semana, a primeira do período de luto fechado a contar do dia do enterro, que também costuma ser a mais difícil se considerarmos que a morte do ente querido é recente.

Existem várias explicações para justificar a definição do período de luto. Ausubel faz uma associação ao mandamento bíblico que diz que “Aquele que tocar os mortos... ficará impuro por sete dias” (AUSUBEL, 1967:649).

De acordo com Kolatch, os rabinos decidiram equiparar o período inicial de luto à mesma quantidade de dias de celebração das principais festas judaicas, a exemplo da *Pêssach* e *Sucót* (KOLATCH, 2003:69). O autor afirma ainda que, no Livro do Gênesis, 50:10, uma passagem sugere outro motivo para a definição do período da *Shivá*: “Chegando à eira de Atad, além do Jordão, fizeram uma grande e solene lamentação, e José celebrou, em honra de seu pai, um pranto de sete dias”.

Outra prática deve ser observada durante a *Shivá*, a de não tomar assento em cadeiras ou bancos de altura normal, porém o mais próximo do chão quanto possível, usando tapetes, almofadas ou banquetas de madeira baixas. No sertão de Pernambuco, estudos desenvolvidos pela equipe da pesquisadora Tânia Kaufman mostram que, ainda hoje, muitas famílias mantêm o costume, embora, algumas não saibam explicar a razão por que o fazem. Tal atitude significa que os tempos, agora, são outros, diferentes de quando o ente querido estava vivo. Ao sentar-se mais abaixo é como se o enlutado estivesse mais próximo daquele que foi enterrado. Esse é o procedimento nos dias atuais. Antes, a orientação era sentar no chão do mesmo modo como teria feito Jó, segundo descreve a Bíblia (1, 20:21), quando enfrentou suas dificuldades: “Jó então se levantou, rasgou o seu manto e rapou a cabeça. Depois, caindo

prosternado por terra, disse: ‘nu, saí do ventre de minha mãe, nu, tornarei para ele. O Senhor deu, o Senhor tirou; bendito seja o nome do Senhor’.”

Como sinal de que a dor e a tristeza não podem ser maiores que a alegria, durante o *Shabat* e nos dias de feriado, santos ou festivos, fica suspensa a guarda da *Shivá*. Entretanto, os dias são contados como parte da semana de luto.

No *Shabat*, o enlutado deve se vestir, ir à sinagoga e fazer tudo o que faria normalmente até o pôr-do-sol. Só então, a *Shivá* é retomada.

O luto de sete dias ainda é percebido como um dos costumes mais fortes, nos dias atuais, tanto no Recife quanto nas cidades do interior pesquisadas. Entretanto, muito do rigor em alguns pontos são vistos com maior flexibilidade.

Durante a *Shivá*, ainda é comum encontrarmos casas onde os espelhos são cobertos. Ainda hoje, as famílias mais tradicionais cobrem os espelhos de suas casas após a morte de um ente querido ou amigo próximo. O costume vem da Idade Média, seguindo várias interpretações, sempre ligadas à imagem. Seja de quem morreu ou dos enlutados.

A tradição judaica proíbe a reza e a realização de serviços religiosos diante de espelhos – vale ressaltar que eles não são usados como decoração das sinagogas, e, como parte desses serviços é feita na casa do morto, cobrem-se os espelhos.

Cobrir o espelho também seria uma forma de não ver a si mesmo em um estado de clara tristeza e aflição, o que não seria adequado com Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança. Uma forma de demonstrar que, em nenhum momento, o enlutado culpa a Deus pelo momento de dor que enfrenta.

Outra interpretação considera que os espelhos refletem a imagem daqueles que estão fisicamente presentes. A ideia de cobri-los seria a de demonstrar que, mesmo ausente fisicamente, a imagem daquele que partiu continua presente, viva entre os que ficaram.

Há uma explicação mais antiga para que os espelhos sejam cobertos ou ainda virados contra a parede. Ausubel destaca que,

“para o homem primitivo, o reflexo do ser humano, visto na água ou em qualquer superfície polida, é a sua própria alma. Assim, se a alma ou o fantasma do morto visse a imagem refletida de qualquer das pessoas enlutadas, tentaria – certamente por amor – ‘carregar’ o parente vivo para outro mundo” (AUSUBEL, 1967:648).

Com os espelhos cobertos, isto não ocorreria.

O espelho também está diretamente associado à questão da vaidade. Não convém que, durante o período de luto, a aparência pessoal seja uma preocupação. Portanto, cortar cabelo, enfeitar-se, maquiarse, fazer unhas e cuidar da barba seriam demonstrações de que o enlutado estaria ocupado com as convenções sociais e não com o processamento desta nova condição de vida.

Há que se registrar que, acima, não utilizei a expressão retirar a barba porque ela representa um traço de identidade muito forte para os homens judeus. Tanto que, durante o período da Segunda Grande Guerra, um dos momentos mais difíceis para os judeus dentro dos campos de concentração era a retirada forçada da barba, segundo relatos de sobreviventes.

Outro registro necessário vem de passagens bíblicas que citam o uso da barba como sinal de luto em algumas sociedades, mostrando, mais uma vez, como os costumes podem variar dentro de um grupo.

O banho, enquanto prática prazerosa, como os de relaxamento, também é proibido por não estar de acordo com o comportamento adequado de um enlutado durante a *Shivá*. Entretanto, o banho com fins de higiene básica pessoal é permitido pela lei judaica, sobretudo em locais quentes e úmidos como é o estado de Pernambuco, onde realizei a pesquisa.

Em campo, o relato de alguns entrevistados lançou um ponto de reflexão. Eles disseram que, durante a Semana Santa, período que encerra a Quaresma para os cristãos com a lembrança da morte e ressurreição de Jesus Cristo, e que não tem maior significado para os

judeus, eram proibidos pela mãe de fazer qualquer coisa que lembrasse vaidade ou conforto, como mostra o trecho de uma das entrevistas abaixo;

“a minha mãe, a gente, não penteava o cabelo, não se olhava no espelho, não colocava... quer dizer, batom naquele tempo era um bicho pra gente, era batom e esmalte, não existiam. O pior eu vou contar agora, Cruz e Credo, não tomava banho na Semana Santa. Agora, as imagens que eles tinham na parede eram viradas pro lado de lá e coberta com pano. Então, isso começava na quarta-feira. Quarta, quinta e sexta. Aí, sábado, a gente podia tomar banho, a gente podia comer, podia pentear o cabelo, podia se olhar no espelho porque antes não podia”.

No relato, a princípio de uma família de orientação católica, traz inúmeros dados de costumes ligados à fé judaica.

Os calçados são usados pelos judeus como outra forma de expressar o pesar pela morte de um parente ou ente querido. Trata-se de uma analogia baseada no desconforto, sensação provocada quando temos areia ou terra dentro dos sapatos. Como não nos sentimos bem, a ideia é que a falta de conforto obrigue o enlutado a voltar para casa o mais rápido possível, tendo o tempo passado fora sido suficiente para resolver, apenas, assuntos considerados urgentes ou inadiáveis.

Durante a *Shivá*, o uso de sapatos feitos com couro fica fora de questão uma vez que este tipo de material está, para os judeus, diretamente ligado a sensação de conforto, que não se adéqua ao período de luto.

Embora alguns judeus façam, a interrupção da *Shivá* no Shabat e demais dias festivos não pode ser feita ao meio-dia da sexta-feira, mas uma hora antes do pôr-do-sol. Já o fim do período acompanha o raciocínio de que parte de um dia ou um dia inteiro têm o mesmo significado para a tradição judaica. Desta forma, logo após o serviço religioso da manhã do sétimo dia de morte, quando os enlutados recebem as palavras de consolo, dá-se por encerrada a *Shivá*.

Em seguida, é costume dos judeus darem uma volta no quarteirão. Existem duas interpretações para isto. Uma diz que seria uma forma dos enlutados mostrarem à sociedade que eles estavam retornando ao grupo após uma semana de afastamento devido ao luto. Outra, de caráter supersticioso, seria uma forma de se certificarem de que o anjo da morte não ronda mais o local.

Do mesmo modo que, ao dar a volta no quarteirão, o enlutado diz que está pronto para retornar ao convívio em sociedade, esta demonstra que o recebe de volta quando, no serviço noturno da sexta-feira após o enterro, a congregação recita a última estrofe do hino *Lechá Dodí*. Enquanto o cumprimento é recitado, o enlutado que estava na porta de trás entra na sinagoga, mas não ocupa o seu lugar de costume, um modo de dizer que houve um momento de perturbação temporária na vida, a morte.

Enquanto estiver de luto, recomenda-se o não recebimento de uma *aliyá*. *Aliyá* significa “subida” em hebraico. Uma referência à necessidade de subir a *Bimá*, local onde se lê a Torá. Antes e depois da leitura, uma bênção é recitada e quem recebe a distinção de fazê-la “sobe à Torá”, “*aliyá la-Torá*”, recebe a *alyiá*.

Essa bênção representa “boa sorte”, o que não se alinha com o momento vivido pelo enlutado. É por essa razão que ele não recebe a *aliyá*. Em todo caso, uma vez chamado para *Torá* de forma inadequada, por alguém que não sabia do luto, a pessoa deve receber a *aliyá*. Do contrário, considera-se uma falta grave contra ela, a *Torá*.

Não é regra, mas é comum encontramos judeus que guardam a *Shivá* quando o filho ou algum parente abandona a fé ou casa-se com alguém fora do judaísmo. Nos dois casos, quem fica de luto acredita que houve uma traição e considera aquele que o fez morto. O costume não deriva da lei judaica para a qual um judeu nunca deixa de sê-lo.

De volta à *Shivá* e, antes mesmo, por ocasião do sepultamento, um dos momentos mais significativos para os judeus é aquele em que se recita o *Cadish*, um poema que não faz

qualquer referência à morte ou ao luto. Pelo contrário, seus versos são uma louvação a Deus e não potencializam a dor nem o sofrimento. Por esta razão, o *Cadish* passou a ser recitado nos sepultamentos e ficou conhecido como a *Oração dos Enlutados*. O primeiro a se referir ao *Cadish* desta forma foi o Rabi Isaac ben Moisés de Viena (1180-1260) no livro *Or Zarúa*.

Antigo, o *Cadish* foi todo escrito em aramaico, do começo ao fim, exceto o último verso em hebraico: “Aquele que firma a paz nas alturas conceda a paz sobre nós e sobre todo Seu povo Israel, e dizei amém”. De acordo com Kolatch,

“por cerca de mil anos, desde o tempo de Esdras no século V a.e.c. até bem depois do período talmúdico, o aramaico era o idioma comum dos judeus na Babilônia e na Terra de Israel. Assim sendo, o *Cadish* foi composto no idioma usado no dia-a-dia das massas, um idioma que, ao contrário do que ocorria com o hebraico, era bastante compreendido.” (KOLATCH, 2003:79).

O hebraico costumava ser considerado a língua dos letrados, estudiosos e cultos.

De acordo com Beatriz Schwartz, estudiosa da religião judaica e uma das fontes consultadas para essa dissertação, no século XVI, os cabalistas acreditavam que o pronunciamento do *Cadish* ajudaria a elevar a alma de quem morreu a níveis espirituais mais altos. Porém, na prática, o que se percebia era uma relação maior com aqueles que recitavam a oração, numa demonstração de fé do enlutado que continua crendo na vida e, sobretudo, em Deus. O judeu toma como exemplo o Livro de Jó, em uma passagem onde o mesmo diz que “Ainda que Ele (Deus) me mate, eu confiarei Nele.” Um detalhe curioso: como, neste caso, Jó fala com Deus e, para os judeus, Ele é o Rei dos Reis e aquele que recita a oração, após o último verso, deve dar três passos para trás do mesmo modo quando alguém faz quando encerra uma audiência com um rei, tomando, logo em seguida, sua posição normal.

Outra mostra de que o judeu põe seu fardo nas mãos de Deus está no primeiro verso da oração: “Exaltado e santificado seja o Seu grande Nome”.

Em respeito à lei judaica, o *Cadish* seria uma obrigação dos filhos homens com mais de treze (13) anos, na presença de um miniam completo. Na falta de filhos do sexo masculino, a responsabilidade passaria a ser de parentes próximos ou amigos. Como a lei não menciona qualquer interdito ou proibição, hoje, o costume se estendeu às filhas, menos entre os ortodoxos. Os parentes mais próximos também recitam o *Cadish* para irmãos, filhos e cônjuges.

De acordo com Ausubel, após o sepultamento, o responsável pela cerimônia pede compaixão a Deus (“Ó Deus, cheio de compaixão!” – *El Male Rachamim*), lê salmos e, em seguida, o *Cadish* é recitado pela primeira vez por um homem da família ou parente próximo ao lado da sepultura. Oração dos Enlutados:

“Exaltado e santificado seja o Seu Grande Nome (congregação: Amém) no mundo que ele criou por Sua vontade. Queira Ele estabelecer o Seu Reino e determinar o ressurgimento da Sua redenção e apressar o advento do Seu Ungido (congregação: Amém), no decurso da vossa vida, nos vossos dias e no decurso de toda a Casa de Israel, prontamente e em tempo próximo; e dizei Amém. Seja o Seu Grande Nome bendito eternamente e para todo sempre; Seja bendito, louvado, glorificado, exaltado, engrandecido, honrado, elevado e excelentemente adorado o Nome do Sagrado, bendito seja Ele (congregação: Amém), acima de todas as bênçãos, hinos, louvores e consolações que possam ser proferidos no mundo; e dizei Amém. Que haja uma paz abundante emanada do céu e vida boa para nós e para todo o povo de Israel; e dizei Amém. Aquele que firma a paz nas alturas, com sua misericórdia, conceda a paz sobre nós e sobre todo Seu povo Israel; e dizei Amém” (SCHVARTZ, 1998:51).

O período para pronunciamento do *Cadish* varia. No caso dos mortos não serem os pais, a oração é recitada durante trinta (30) dias. A este período dá-se o nome de *Sheloshim*, que significa trinta em hebraico. Quando a morte é do pai ou da mãe, o tempo é maior, um ano inteiro. Segundo o Talmud, depois de 12 (doze) meses, a memória do morto começa a se obscurecer.

Entretanto, desde o século XVI, esse período foi reduzido para 11 (onze) meses, seguindo um decreto do Rabi Moisés ben Israel Isserles (1525-1572), da Cracóvia. Ele quis evitar que a figura do pai, ou da mãe, ficasse associada à crença existente de que todas as pessoas más, perversas e injustas seriam condenadas ao inferno onde ficariam pelo período de doze meses.

Importante observar: mesmo que o ano judaico seja bissexto, 13 (treze) meses, portanto, o *Cadish* será recitado por apenas onze meses. Unterman destaca: “Não se diz o *Cadish* durante todos os doze meses de duração do período de luto, pois isso indicaria que o progenitor era considerado especialmente mau” (UNTERMAN, 1992:141).

Como foi citado anteriormente, quando não há filhos para recitar o *Cadish*, um parente ou amigo próximo pode assumir a responsabilidade. Ainda assim, há casos em que nem esses estão presentes. Quando isso ocorre, um encarregado da sinagoga ou até mesmo um homem estranho pode ser contratado para fazer o pronunciamento da oração, mas considera-se desrespeitoso que o mesmo recite o *Cadish* por mais de um enlutado.

A lei pede que apenas o enlutado permaneça de pé enquanto recita a oração. Assim é feito na maioria das comunidades. Entretanto, em muitos casos, observamos que os presentes se levantam porque consideram o *Cadish* uma declaração de fé da qual todos devem participar.

Outro costume modificado ao longo do tempo se refere a forma de recitar o *Cadish* entre os *sefaradím* ou sefarditas. Entre eles, é hábito cantar as rezas juntos a uma só voz. Antes, apenas o enlutado pronunciava a oração, hoje não. Desde que o Rabi Jacob Israel Emden (1697-1776) aprovou o costume, a maioria dos judeus acompanha o enlutado no pronunciamento da oração, feita em uníssono.

No cemitério, com a presença de um *minian* completo, recita-se o *Cadish* e é feita a descoberta da *Matzeivá*, a pedra tumular. É preciso que se diga que ela não é obrigatória por

determinação de qualquer lei, mas se tornou indispensável ao longo dos séculos com inúmeras possibilidades de explicação. Uma delas encontramos no Livro do Gênesis, 35:20. Nesta passagem, quando Raquel morreu na estrada de *Bet Lechem*, “Jacó erigiu um monumento sobre seu túmulo; é o monumento do Túmulo de Raquel, que ainda hoje existe”.

Kolatch enumera três outras razões que justificariam o uso da lápide. Um símbolo de respeito à pessoa que morreu. Segundo: ela marca o lugar que deve ser evitado por um sacerdote (*Cohen*). Por fim, uma indicação para aqueles que desejam visitar a sepultura de um ente querido.

O autor comenta ainda que, entre vários estudiosos do assunto, existe a teoria de que as primeiras lápides teriam surgido ainda na Idade Média. Naquela época, era forte a crença em fantasmas e no mal que eles poderiam causar aos desafetos que permaneceram vivos. Desta forma, a lápide, assim como a terra usada na sepultura, seria um reforço a mais para manter presos os espíritos vingativos e malfeitores. Com o passar do tempo, as superstições deram lugar à ideia de demonstração de carinho pela pessoa que morreu, assegurando que ela não será esquecida e que seu espaço, sepultura, não será violado.

A lápide marca a inauguração do túmulo, uma tradição entre os judeus, quando se costuma avisar a parentes, amigos próximos e até anúncio no jornal, em alguns casos. O monumento pode ser erguido a qualquer tempo após o término da *Shivá*. Entretanto, na maioria das vezes, esperam-se doze meses para que a homenagem seja feita porque aquele que morreu tem sido constantemente lembrado pelo pronunciamento do *Cadish*. Nos dois cemitérios israelitas em funcionamento, há várias sepulturas que ainda estão sem as pedras tumulares. Em função das datas do falecimento, todas com menos de um ano por ocasião da pesquisa de campo, entende-se que as famílias seguem a tradição (Fotos 22 e 23).



Foto 22 – Sepultura demarcada com tijolos. Óbito em 19.03.2011.



Foto 23 – Duas sepulturas sem lápide. Apenas uma com data de óbito (esq.), 07.05.2011.

O costume de descerrar a lápide começa a ser identificado no final do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra onde a cerimônia é chamada de “Consagração da Lápide”. No Brasil, é conhecida até os dias atuais como “Descoberta da *Matzeivá*”. Ela não é obrigatória, mas, quando feita, a lápide permanece coberta por um tecido simples ou véu até que uma

pessoa da família o retire, inaugurando assim o monumento. Por ocasião, é comum um rabino ou qualquer outra pessoa recitar elogios ao morto e Salmos, em especial, o 118. Esse Salmo é composto por 22 capítulos. Todos começam com uma letra diferente do alfabeto e tem 08 (oito) versículos. Lêem-se os capítulos que começam com as letras que compõem o nome do morto. Caso ele se chamasse *David*, por exemplo, seriam recitados os Salmos correspondentes às letras do nome escrito em hebraico, sem as vogais que, neste alfabeto, não constam como letras, mas como sinais diacrônicos. Deste modo seriam lidos os Salmos *Dáled*, duas vezes e o *Vav*. *DVD*, *David* em hebraico.

O Salmo 118 é um considerado um Elogio da lei divina:

ALEF

Felizes aqueles cuja a vida é pura, e que seguem a lei do Senhor. Felizes os que guardam seus preceitos e o procuram de todo o coração; E os que não praticam o mal, mas andam em seus caminhos. Impusestes vossos preceitos, para serem observados fielmente; Oxalá se firmem meus passos na observância de vossas leis. Não serei então confundido, se os vossos mandamentos observar. Louvar-vos-ei com reto coração, me instrui em vossos justos decretos. Guardarei as vossas leis; não me abandoneis jamais.

BET

Como um jovem manterá pura a sua vida? Guardando as vossas palavras. De todo o coração eu vos procuro; não permitais me aparte de vossos mandamentos. Guardo em meu coração a vossa palavra, para não vos ofender. Sede bendito, Senhor; ensinai-me vossas leis. Com os meus lábios eu enuncio todos os decretos de vossa boca. Na observância de vossas ordens eu me alegro, como se possuísse todas as riquezas. Sobre os vossos preceitos meditarei, e considerarei vossos caminhos. Hei de deleitar-me em vossas leis; jamais esquecerei vossas palavras.

GUIMEL

Concedei a vosso servo esta graça: que eu viva para guardar vossas palavras. Abri meus olhos, para que eu veja as maravilhas de vossas leis. Peregrino sou na terra, não me oculteis os vossos mandamentos. Consume-me minha

alma no desejo de sempre observar vossos decretos. Reprendestes os soberbos, malditos os que apartam de vossos mandamentos. Livrai-me do opróbrio e do desprezo, pois eu observo as vossas ordens. Mesmo que os príncipes conspirarem contra mim, vosso servo meditará em vossas leis. Vossos preceitos são minhas delícias, meus conselheiros são vossas leis.

DÁLED

Prostrada sobre o pó está minha alma, restitui-me a vida conforme vossa promessa. Eu vos expus a minha vida: atendei-me, ensinai-me as vossas leis. Mostrai-me o caminho de vossos preceitos, e meditarei sobre as vossas maravilhas; Chora de tristeza a minha alma; reconfortai-me segundo vossa promessa. Afastai-me do caminho da mentira, e fazei-me fiel à vossa lei. Escolhi o caminho da verdade, pus diante de mim vossos decretos. Apego-me a vossas ordens, Senhor, não permitais que eu seja confundido. Correrei pelo caminho de vossos mandamentos, porque sois vós que dilatais meu coração.

HEI

Mostrai-me, Senhor, o caminho de vossas leis, para que eu o siga com felicidade. Ensinai-me a observar a vossa lei e a guardá-la de todo o coração. Conduzi-me pelas sendas de vossas leis, porque nelas está minha felicidade. Inclinaí-me o coração às vossas ordens, e não para a avareza. Não permitais que meus olhos vejam a vaidade, fazei-me viver em vossos caminhos. Cumprí a promessa para com vosso servo, que fizestes àqueles que vos temem. Afastai de mim a vergonha que receio, pois são agradáveis os vossos decretos. Vede como anseio pelos vossos preceitos; dai-me que viva segundo a vossa justiça.

VAV

Desçam a mim as vossas misericórdias, Senhor, e o vosso auxílio, conforme vossa promessa. Saberei o que responder aos que me ultrajam, porque tenho confiança em vossa palavra. Não me tireis jamais da boca a palavra da verdade, porque tenho confiança em vossos decretos. Guardarei constantemente a vossa lei, para sempre e pelos séculos dos séculos. Andarei por um caminho largo, porque procuro os vossos preceitos. Diante dos reis falarei de vossas prescrições, e não me envergonharei. Encontrarei minhas

delícias em vossos mandamentos, que tanto amo. Erguerei as mãos para executar vossos mandatos, e meditarei em vossas leis.

ZÁIEN

Lembraí-vos da palavra empenhada ao vosso servo, na qual me fizestes encontrar esperança. O único consolo em minha aflição é que vossa palavra me dá vida. De sarcasmos cumulam-se os soberbos, mas de vossa lei não me afasto. Lembro-me de vossos juízos de outrora, e isso me consola. Revolto-me à vista dos pecadores, que abandonaram a vossa lei. Vossas leis são objetos de meus cantares no lugar de meu exílio. De noite, lembro-me, Senhor, de vosso nome; quero guardar vossa lei. Escolhi, como parte que me toca, observar vossos preceitos.

HET

Minha tarefa, Senhor, eu o declaro, é guardar as vossas palavras. De coração imploro em vossa presença: tende piedade como haveis prometido. Considerarei os meus caminhos e encaminhei meus passos conforme as vossas ordens. Apressei-me, sem hesitação, em observar os vossos mandamentos. As malhas dos ímpios me cercaram, mas eu não esqueci a vossa lei. Em meio à noite levanto-me para vos louvar pelos vossos decretos cheios de justiça. Sou amigo de todos os que vos temem e dos seguem vossos preceitos. De vossa bondade, Senhor, está cheia a terra, ensinai-me vossas leis.

TET

Tratastes com benevolência o vosso servo, Senhor, segundo a vossa palavra. Daí-me o juízo reto e a sabedoria, porque confio em vossos mandamentos. Antes de ser afligido, errei, mas agora guardo a vossa palavra. Vós que sois bom e benfazejo, ensinai-me as vossas leis. Contra mim os soberbos maquinam traição, mas eu, de todo coração, sigo os vossos preceitos. Insensível como pedra é o coração deles, eu, porém, me deleito em vossa lei. Foi bom para mim ser afligido, a fim de aprender vossos decretos. Mais vale para mim a lei de vossa boca que milhões em ouro e prata.

IÚD

Formaram-me e plasmaram-me vossas mãos, instruí-me para aprender os vossos mandamentos. Aqueles que vos temem alegram-se ao me ver, porque

em vossa palavra pus minha esperança. Sei, Senhor, que são justos os vossos decretos e que com razão vós me provastes. Consolo-me agora a vossa misericórdia segundo a promessa feita a vosso servo. Misericórdia para mim, para que eu viva, porque a vossa lei é o meu prazer. Sejam confundidos os que sem razão me afligem; meditarei em vossos preceitos. Voltem para mim os que vos temem e os que observam as vossas prescrições. Seja perfeito meu coração na observância de vossas leis, a fim de que eu não seja confundido.

CAF

Desfalece-me a alma ansiando por vosso auxílio, em vossa palavra ponho minha esperança. Enlangüecem-me os olhos desejando a vossa palavra, quando vireis me consolar? Assemelho-me a um odre exposto ao fumeiro, e, contudo, não me esqueci de vossas leis. Quantos serão os dias de vosso servo? Quando fareis justiça aos meus perseguidores? Para mim cavaram fossas os orgulhosos, que não me conduzem pela vossa lei. Todos os vossos mandamentos são justos; sem razão me perseguem; ajudai-me. Por pouco não me exterminaram da terra; eu, porém, não abandonei vossos preceitos. Conservai-me vivo, segundo a vossa misericórdia, para que eu observe as prescrições de vossa boca.

LÂMED

É eterna, Senhor, a vossa palavra, tão estável como o céu. Vossa fidelidade dura de geração em geração, perdura como a terra que criastes. Tudo subsiste perpetuamente pelos vossos decretos, porque todas as coisas vos são sujeitas. Se em vossa lei não encontrara o meu prazer, já teria perecido em minha aflição. Jamais esquecerei vossos preceitos, porque por eles foi que me destes a vida. Sou vosso, salvai-me, porquanto busquei vossos preceitos. Espreitam-me os pecadores para me perder, mas eu atendo às vossas ordens. Vi que há um termo em toda perfeição; mas vossa lei se estende sem limites.

MEM

Ah, quanto amo, Senhor, a vossa lei; durante o dia todo eu a medito. Mais sábio que meus inimigos me fizeram os vossos mandamentos, pois eles me acompanham sempre. Sou mais prudente do que todos os meus mestres, porque medito sobre vossas prescrições. Sou mais sensato do que os anciãos, porque observo os vossos preceitos. Dos maus caminhos desvio os meus pés,

para poder guardar vossas palavras. De vossos decretos eu não me desvio, porque vós m'os ensinastes. Quão saborosas são para mim vossas palavras, mais doces que o mel à minha boca. Vossos preceitos me fizeram sábio, por isso odeio toda senda iníqua.

NUN

Vossa palavra é um facho a dirigir meus passos, e uma luz em meu caminho. Faço juramento e determino guardar os vossos justos decretos. Estou extremamente aflito, Senhor; conservai-me a vida como prometestes. Aceitai, Senhor, a oferenda de meus lábios e ensinai-me as vossas ordens. Em constante perigo está a minha vida, mas não me esqueço de vossa lei. Armaram-me laços os pecadores, mas não fugi de vossos preceitos. Minha herança eterna são as vossas prescrições, porque fazem a alegria de meu coração. Acostumei meu coração à prática de vossas ordens, perpetuamente e com exatidão.

SÂMECH

Odeio os homens hipócritas, mas amo a vossa lei. Vós sois meu protetor e meu escudo; vossa palavra é minha esperança. Afastai-vos de mim, homens malignos! E guardarei os mandamentos de meu Deus. Sustentai-me, pela vossa promessa, para que eu viva, não queirais confundir minha esperança. Ajudai-me para que me salve, e sempre atenderei vossos decretos. Desprezais os que se apartam de vossas leis, porque mentirosos são seus pensamentos. Como escória reputais os pecadores, por isso eu amo vossas prescrições. Arrepiá-se-me a carne de terror diante de vós, e temo vossos decretos.

ÁIN

Pratiquei o direito e a justiça; não me entregueis aos que me querem oprimir. Sede fiador de vosso servo para o seu bem, a fim de que os orgulhosos não me oprimam. Desfalecem-me os olhos desejando vossa ajuda e na espera de vossas justas promessas. Tratai vosso servo segundo vossa bondade, e ensinai-me vossas leis. Sou vosso servo, ensinai-me, para que conheça as vossas prescrições. Senhor, é tempo de vós intervirdes, porque violaram as vossas leis. Por isso amo vossos mandamentos, mais que o ouro, mesmo o ouro fino. Por isso sigo as vossas leis, e detesto o caminho falso.

PEI

São admiráveis as vossas prescrições; por isso minha alma as observa. Vossas palavras são uma verdadeira luz, que dá sabedoria aos simples. Abro a boca para aspirar, num intenso desejo de vossa lei. Voltai-vos para mim e mostrai-me vossa misericórdia, como fazeis sempre para com os que amam o vosso nome. Dirigi meus passos segundo a vossa palavra, a fim de que jamais o pecado reine sobre mim. Livrai-me da opressão dos homens, para que eu possa guardar as vossas ordens. Mostrai ao vosso servo a vossa serena face, e ensinai-me as vossas leis. Muitas lágrimas correram dos meus olhos, por não ter observado vossas leis.

TSADIK

Justo sois, Senhor, e retos os vossos juízos. Impusestes vossas prescrições com justiça, e com grande firmeza. Sinto-me consumido pelo zelo ao ver meus inimigos esquecerem vossas palavras. Vossa palavra é isenta de toda impureza, vosso servo a ama com fervor. Sou pequeno e desprezado, mas não esqueço os vossos preceitos. Vossa justiça é justiça eterna; e firme, a vossa lei. Apesar da angústia e da tribulação que caíram sobre mim, vossos mandamentos continuam a ser o meu prazer. Eterna é a justiça das vossas prescrições, dai-me a compreensão delas para que eu viva.

COF

De todo o coração eu clamo, ouvi-me, Senhor; eu observo as vossas leis. Clamo a vós, salvai-me, e cumprirei as vossas prescrições. Já desde a aurora imploro vosso auxílio; nas vossas palavras ponho minha esperança. Meus olhos se antecipam às vigílias da noite, para meditem em vossa palavra. Conforme vossa misericórdia, ouvi, Senhor, a minha voz; e dai-me vida, segundo vossa promessa. Aproximam-se os que me perseguem sem razão, eles estão longe de vossa lei. Mas vós, Senhor, estais bem perto, e fiéis são os vossos mandamentos. De há muito sei que vossas prescrições, vós as estabelecestes para durarem eternamente.

REISH

Vede a minha aflição e libertai-me, porque não me esqueci de vossa lei. Tomai em vossas mãos a minha causa e defendei-me, como prometestes, dai-me a vida. Longe dos pecadores está a salvação porque não observam as vossas leis. São muitas, Senhor, as vossas misericórdias; dai-me a vida

segundo as vossas decisões. Apesar do número dos que me perseguem e oprimem, não me aparto em nada de vossos preceitos. Ao ver os prevaricadores sinto desgosto porque eles não observam a vossa palavra. Vede, Senhor, como amo vossos preceitos; conservai-me vivo pela vossa misericórdia. Excelência capital em vossa palavra é a constância, eternos são os decretos de vossa justiça.

SHIN

Perseguem-me sem razão os poderosos; meu coração, porém, reverencia vossas palavras. Encontro minha alegria em vossa palavra, como a de quem encontra um imenso tesouro. Odeio o mal, eu o detesto; mas amo a vossa lei. Sete vezes ao dia canto vossos louvores, por causa da justiça de vossos juízos. Grande paz têm aqueles que amam vossa lei, não há para eles nada que os perturbe. Espero, senhor, o vosso auxílio, e cumpro os vossos mandamentos. Minha alma é fiel às vossas prescrições e as ama com fervor. Guardo os vossos preceitos e as vossas ordens porque ante vossos olhos está minha vida inteira.

TOV

Chegue até voz, Senhor, o meu clamor; instruí-me segundo a vossa palavra. Chegue até vós a minha prece; livrai-me segundo a vossa palavra. Cantem a vós um cântico os meus lábios, por me haverdes ensinado as vossas leis. Cante minha língua as vossas palavras porque justos são os vossos mandamentos. Estenda-se a vossa mão e me socorra porque escolhi vossos preceitos. Suspiro, Senhor, pela vossa salvação, e meu prazer é a vossa lei. Viva a minha alma para vos louvar e ajudem-me os vossos decretos. Ando errante como ovelha tresmalhada; buscai o vosso servo, porque não me esqueci de vossos mandamentos.⁷

Assim como os caixões, as pedras tumulares devem ser simples e reforçar o preceito que, na morte, todos se igualam, seguindo o que está escrito no Livro dos Provérbios: “O rico e o pobre se encontram (na morte); foi o Senhor que criou a ambos” (22:02).

⁷ Salmo encontrado na página 765 da Bíblia usada para subsidiar a presente pesquisa.

A cerimônia marca o início das visitas ao túmulo que só devem ocorrer após o primeiro ano. De acordo com a tradição, só depois deste intervalo de tempo é que a morte teria sido melhor assimilada pelos enlutados. Caso contrário, as pessoas não estariam fortes o suficiente e poderiam ficar ainda mais abaladas. Como não se trata de uma proibição, muitas famílias costumam visitar o túmulo de seus entes queridos antes do aniversário de um ano de morte.

Durante o trabalho de campo, identifiquei outro ritual carregado de simbolismo entre os judeus. Ninguém visita um túmulo sem deixar sobre ele uma pedra. Na verdade, são pedrinhas. Elas indicam que alguém visitou aquela sepultura. Trata-se de uma demonstração de carinho e apreço por aquele que morreu. Um modo de dizer que o morto não foi esquecido pela família, pelos amigos e, em alguns casos, até por desconhecidos que quiseram prestar uma singela homenagem.

O costume permanece e se apresenta como um dos mais expressivos até por conta da sua simplicidade. Em visita aos cemitérios do Recife, pode-se identificar a enorme quantidade de sepulturas com pedrinhas deixadas por sobre ou ao lado (Fotos 24 e 25).



Foto 24 – Nos cemitérios, pedras ficam à disposição dos visitantes.



Foto 25 – Visitantes deixam seu sinal de lembrança no cemitério do Barro.

Embora não sejam israelitas, os cemitérios das cidades de Timbaúba e Gravatá guardam várias sepulturas sobre as quais pedrinhas podem ser vistas. Eu também pude registrar o costume em diversos municípios pernambucanos percorridos por mim a fim de realizar um trabalho de pesquisa sobre o entrecruzamento das culturas judaica e pernambucana. Nas margens de inúmeras rodovias estaduais e federais que cortam Pernambuco, encontrei locais onde pessoas morreram e que estavam sinalizados pelas pedrinhas (Fotos 26 e 27).



Foto 26 – Rodovia BR - 407, Petrolina. Local sinalizado com “pedrinhas” e outros símbolos.



Foto 27 – Detalhe do local sinalizado. Na base da cruz, mensagem e pedrinhas.

O curioso é que, nestes pontos, existiam também símbolos ligados a outras religiões o que corrobora nossa hipótese de que há um hibridismo no que se refere aos costumes fúnebres nos lugares onde não há registros ou documentos sobre o passado, mas, apenas, uma tradição oral sem explicações únicas e definitivas por parte dos entrevistados (Foto 28).



Foto 28 – Rodovia BR-232, Arcoverde. Local sinalizado com “pedrinhas”, cruz e flores.

Pedras e grama. Em algumas situações, observa-se o costume de jogar pedaços de grama sobre a sepultura ou lápide. A prática teria surgido na Idade Média e estaria ligada aos maus espíritos uma vez que a grama era considerada uma forma eficaz de afastá-los.

Ausubel detalha outra prática. Segundo o autor, antes de deixar o cemitério, aqueles que participaram do enterro deveriam arrancar um pouco de grama e jogar por cima dos ombros enquanto diziam: “Ele se lembra que somos pó. É uma metáfora poética do voto do salmista: e que floresçam na cidade como grama na terra” (AUSUBEL, 1967: 650).

Nos túmulos, alguns símbolos chamam a atenção de quem não conhece a cultura judaica e contam um pouco sobre aquele que ali foi enterrado. Como exemplo, tomemos as lápides que trazem duas mãos estendidas. Elas simbolizam a bênção sacerdotal, elas indicam que aquela é a sepultura de um *Cohen* (sacerdote, Foto 29).



Foto 29 – Túmulo de um Cohen no cemitério do Barro.

As lápides que trazem uma taça ou pia fazem referência aos *leviím*, levitas. Eles, os levitas, não trabalhavam. Viviam de doações e tinham como obrigação cuidar do templo. Era

dos levitas, a função de despejar a água sobre as mãos dos *cohanim*, sacerdotes, antes da bênção final, proferida por eles.

Em alguns casos, identificamos sepulturas onde estão enterrados judeus destacados se tornarem pontos de visitação. Sobre eles, costuma-se encontrar um *ohel*, estrutura que se assemelha a uma tenda ou dossel, armação coberta, com franjas nas bordas, freqüentemente associada à realeza. A ideia, portanto, seria dar um tratamento diferenciado a essas pessoas. Kolatch cita que no cemitério de Tiberíades, cidade banhada pelo Mar da Galiléia, em Israel (Foto 30), um *ohel* cobre a sepultura de Moisés Maimônides.



Foto 30 – Cidade de Tiberíades, Israel.

Sem que deixemos o cemitério, há muitos anos, encontravam-se, com relativa facilidade, pessoas fazendo refeições logo após o enterro. Sobre este costume, recomendo o cuidado de não criar uma confusão com a refeição de condolência. São duas situações distintas. A refeição de condolência já foi explicada anteriormente. Em um passado recente, quando ir ao cemitério era interpretado por inúmeras pessoas como uma aventura, longe das cidades, com precários ou quase nenhum meio de transporte, levava-se, muitas vezes, o dia

todo até que o enterro fosse concluído. Deste modo, tornou-se comum levar comida para o cemitério e algum tipo de bebida também. Nos dias atuais, com a facilidade de locomoção e acesso, não identifiquei que a prática ainda ocorra.

Um dos entrevistados em campo informou que é comum as mulheres comerem azeitonas e os homens ovos cozidos. A pesquisa identificou também que em alguns municípios pernambucanos, é comum que durante o tempo de espera e após o enterro haja refeições para os presentes, ainda que não façam referência a quem as tenha preparado. Há registros em Timbaúba, em Vitória de Santo Antão e em Gravatá. Nesta cidade, os entrevistados informaram que o único alimento que não se via era carne. A preferência era por peixe. Entretanto, não souberam explicar o motivo.

Ainda sobre os números, outro já citado foi o trinta (30), *shloshim* em hebraico e que passou a designar o período de luto entre o último dia da *Shivá* e o trigésimo dia do falecimento, tomando-se como base o calendário judaico.

O *Shloshim* marca o retorno do enlutado à vida normal junto à sociedade. O momento é visto com alegria, uma comemoração chamada *Haskará*, que significa *lembrança*. No *Shloshim*, o *Cadish* deve ser recitado pelos filhos homens na presença de um *minian* completo.

Assim como o *Shloshim*, o *Iartseit* também se baseia no calendário judaico que é lunar. Em conformidade com a lua, os meses têm 29 ou 30 dias. Na prática, pode haver uma diferença de várias semanas com relação ao calendário solar, que serve de base para o calendário civil adotado no Brasil.

Em ídiche, *Iartseit* significa aniversário. Já entre os católicos, a palavra alemã “Jarhzeit” era usada para designar o momento de reverenciar a memória dos mortos. Derivada de Jarhzeit, a palavra *Iartseit* passou a ser usada pelos judeus, desde o século XVI, para designar o aniversário de morte, embora a data seja observada desde o período talmúdico.

Para os *chassidim*, o *Iartseit* não deve ser visto com pesar, mas com contentamento porque, a cada ano, a alma do falecido se eleva ainda mais, acreditam os judeus. Na ocasião, é costume visitar o túmulo e deixar pedrinhas no local. Também faz parte da tradição, os filhos pronunciarem o *Cadish* na véspera à tarde e no dia do *Iartseit*, pela manhã e pela tarde.

Alguns autores chamam atenção para o fato de o *Iartseit* ser considerado o dia de fato de aniversário de morte, seguindo a data hebraica. Entretanto, quando o enterro ocorre com três dias ou mais após o falecimento, o primeiro aniversário é considerado a data do enterro. Depois, o *Iartseit* passa a ser lembrado tomando como base o dia em que ocorreu a morte.

Outro costume é acender uma vela no *Iartseit* numa associação à alma do morto. De acordo com o Livro dos Provérbios (20:27), “a alma de um homem é a lâmpada de Deus” (UNTERMAN, 1992:124). Ela deve ser acesa na véspera do *Iartseit* porque, para os judeus, o dia começa e termina com o escurecer. De modo que “as 24 horas de *Iartseit* começam com o anoitecer do dia anterior e terminam com o crepúsculo do dia efetivo do aniversário da morte” (KOLATCH, 2003: 86).

A morte, para os judeus, não significa esquecimento. Eles também reverenciam seus mortos, a exemplo do que fazem os católicos no Dia dos Finados, em 02 de novembro de cada ano. Na comunidade judaica, o serviço religioso de reverência aos que morreram chama-se *Yizcor*, palavra hebraica que pode ser traduzida de vários modos: “Lembra”, “Oração pela Memória”, “Que Ele se lembre”. O *Yizcor* é realizado 04 (quatro) vezes ao ano: no *Yom Kipur* (Dia do Perdão), *Pêssach* (Páscoa), *Shavóut* (Pentecostes) e *Sukot* (Tabernáculos).

A referência mais antiga a esse serviço, data do século XI no *Machzor Vitry* (Rabi Simcha ben Samuel de Vitry, um discípulo de Rashi). Era a época das cruzadas durante a qual os cristãos assassinaram milhares de judeus que estavam a caminho da Terra Santa. Houve quem se opusesse à introdução do serviço nas sinagogas bem como a doação de caridade pelos mortos, seguindo o que pede o *Yizcor*. Ainda no século XI, o mais conceituado

estudioso babilônico da época, Hai Gaon (939-1038), disse que tais práticas não estavam de acordo com o desejo de Deus que se importaria apenas com as boas ações realizadas pelo indivíduo e não pelos seus parentes. *Hai Gaon* não encontrou apoio entre as congregações e o serviço continuou sendo feito nas sinagogas.

Outra corrente de pesquisadores acredita que o costume seja ainda mais antigo e tenha surgido no período Macabeu, em 165 a.e.c. Naquele tempo, Judá, o Macabeu, rezava com seus soldados pelos companheiros que morreram. Eles levavam sacrifícios ao Templo de Jerusalém para pedir compaixão para os pecados dos mortos (Macabeus II, 12:39-45).

O *Yizcor* costuma ser recitado apenas para os membros mais íntimos da família. Antes da oração, aqueles que ainda têm pais vivos costumam deixar a sinagoga. Permanecer no local é visto como um mau presságio, como se houvesse o desejo de que os pais morressem. A saída também teria como objetivo não atrapalhar as preces dos demais presentes.

A seguir, a Oração pela Memória:

“Lembra, ó Deus, a alma de meu/minha pai/mãe, meu/minha mestre (...nome do pai ou mãe...) filho/a de (...nome do avô/avó...), que partiu para seu mundo supremo, porquanto comprometo-me, sem promessa, doar caridade em seu favor. Em função disto, possa sua alma estar ligada à corrente da vida eterna, junto com as almas de Abraão, Isaac e Jacob, Sara, Rebeca e Lea e demais justos e justas que estão no Jardim do Éden e digamos Amen”. (SCHVARTZ, 1998:53)

No começo, o *Yizcor* era recitado apenas no *Yom Kipur*. Com o tempo, passou a ser pronunciado também em *Pêssach*, *Shavuót* e *Sucót*. Por ocasião das 3 (três) Grandes Festas, os peregrinos que iam a Jerusalém liam um trecho do Livro de Deuteronômio, 16:17: “Cada um oferecerá sacrifícios segundo suas posses”. Partindo, então, do princípio que dar caridade era parte do serviço de *Yizcor*, a oração passou a ser recitada nas demais festas com a oferta de caridade para o templo.

O pronunciamento está permitido desde que se obedeça à regra do *minian*. Em outra ocasião, chamei atenção para o detalhe, mas é válido o reforço da ideia de que, para o judaísmo, o sistema religioso é um coletivo. Seu sentido não se encerra no indivíduo e sim na coletividade. Exemplo disto é o *minian*, quórum mínimo de dez homens adultos para a realização de qualquer serviço religioso.

Para os judeus, a cada novo ano que se inicia, Deus decide quem será inscrito no Livro da Vida. O julgamento ocorre durante e entre *Rosh Hashaná* (Ano Novo) e o *Yom Kipur* (Dia do Perdão). São os “Dez Dias de Arrependimento” (*Asseret Iemê Teshuvá*). Durante este período, o indivíduo deve repensar seus atos, arrepender-se de suas faltas e pedir perdão a quem tenha ofendido ou causado algum tipo de mal. Nesta busca pelo merecimento de continuar entre os vivos, os judeus buscam apoio aos entes queridos que já morreram e que, de alguma forma, poderiam intervir no processo. Por esta razão, as visitas ao cemitério nesta época do ano.

Muitas vezes, a preparação para este período, que inclui também o jejum, fez com que as visitas ao cemitério começassem antes, no *Elul*, mês que antecede o mês das Grandes Festas, o *Tishrê*.

A morte como ruptura exige adequações para aqueles que terão que dar conta de um mundo, a partir de agora, fraturado em suas múltiplas possibilidades. Entre elas, está um novo casamento. Recomenda-se o período de três meses após a morte do marido para que a viúva possa se casar novamente. Este é o tempo necessário para que se saiba se ela está ou não grávida, o que evitaria colocar em xeque a paternidade da criança em um momento posterior. Entretanto, em alguns casos extraordinários, quando existe a certeza de que a viúva não está grávida, ela pode receber autorização para se casar logo após a *Shivá*.

Para os viúvos, a orientação é diferente. O tempo ultrapassa os três meses das mulheres. Eles devem esperar a passagem das três principais festas judaicas (*Pêssach*,

Shavuót e *Sucót*) para que possam casar de novo. Seria uma forma de evitar um casamento precipitado, do qual eles pudessem se arrepender depois. Ainda sobre a diferença de tempo de espera para viúvos e viúvas, alguns pesquisadores explicam que para as mulheres a vida de solteira seria mais difícil que para os homens.

Os lugares também são objeto de observação. Durante muitos anos, era costume guardar, em um espaço qualquer na sinagoga, os livros e demais pertences religiosos sem condições de uso. O nome dado a esse costume é *guenizá*, que significa “esconder”. Kolatch diz que a *guenizá* mais famosa foi descoberta na sinagoga de *Fostat*, no Cairo – Egito, construída em 882.

Atualmente, a *guenizá* não ocorre mais. Os rolos da *Torá*, livros de orações e outros pertences religiosos são enterrados no cemitério como demonstração de respeito e de fé, com um cuidado igual ao dado a um ser humano morto.

3. SOBRE ANÁLISE E REFLEXÕES

A vida tem uma dinâmica própria e vivê-la pode nos impor um ritmo que, freqüentemente, nos priva da capacidade de refletir sobre o que experimentamos. Tudo é efêmero, rápido demais ou o suficiente para não compreensão. É como ter visto um vulto. Sei que vi, que até pode ter existido, mas não o apreendi. Faltaram-me elementos para o entendimento.

Paradoxalmente, os acontecimentos podem se processar seguindo outro ritmo. Mais lento. Só percebido com o distanciamento que apenas o Tempo favorece. Ele é uma espécie de lente de aumento que nos permite identificar pormenores que, de outro modo, nos escapariam. Uma perda enorme.

Assim ocorre com as práticas que reproduzimos indistintamente, o tempo inteiro. Por tradição, inércia, imposição social, muitos de nós seguimos repetindo o que vem sendo feito há anos, décadas, séculos, sem qualquer questionamento.

No sertão pernambucano, onde parte dessa pesquisa foi realizada, encontrei inúmeros interlocutores que me contaram como, há décadas, reproduzem um repertório aprendido, apreendido e praticado com parentes e amigos que, naquelas localidades, dadas as condições de vida, em sua maioria, raras e difíceis, tornam-se parte da família também. Quando questionados por que o fazem, respondem apenas: “Eu só sei que é assim. Via meu pai e minha mãe fazerem deste jeito, que, por sua vez, viram com meus avós”.

Foi deste jeito que essas pessoas aprenderam, a saber, quando vai chover, a época boa para plantar, a evitar comer carne de porco, a escorrer o sangue e salgar a carne de boi, a fazer uma limpeza geral na casa sempre às sextas-feiras, a só varrer a casa a partir da porta da frente pra trás, a não apontar estrelas, a cobrir a cabeça na hora da reza. Assim fazem até hoje e até hoje não sabem dizer qual o real sentido de cada uma dessas práticas.

Poucos também souberam dizer o motivo pelo qual jogavam fora a água quando alguém morria. Por que cobriam os espelhos, vestiam uma mortalha no morto e o enterravam direto na terra, muitas vezes, a poucos metros da casa onde morava. Outra “herança” possível – possível porque, neste caso também, os interlocutores não conseguem estabelecer uma ligação efetiva entre a prática e a motivação, é a presença das “carpideiras”. São mulheres que, por laços afetivos ou mediante pagamento, não se afastam do caixão nem por um momento, sempre chorando e entoando ladainhas, que são rezas e cânticos em favor da pessoa morta. Identificamos nesta prática uma relação direta com o preceito judaico de que o morto não pode ficar desacompanhado, em hipótese alguma, até o momento do sepultamento.

Tais depoimentos e o estudo de outras culturas permitiram entender que os ritos, bem como os rituais de um modo geral, mudam de uma sociedade para outra, mas são encontrados em todas. Entendê-los significa criar ferramentas para compreender o que somos em uma escala maior. Entendimento do todo, do grupo, ou parte dele, o que já é muito. Mas, como isso é possível em um tempo, o nosso, em que a percepção do ritual se desloca entre dois pólos, ambos carregados de uma conotação pejorativa? Numa ponta, é visto como algo extremamente chato e ultrapassado porque se aproxima do sagrado. Na outra, o tom é de burocracia e desdém por ser algo banal, de menor importância. Esquecemos que esses rituais não surgem do nada e sem um objetivo claro. Pelo contrário, quando paramos para observá-los, identificamos nosso próprio repertório, inúmeros elementos do dia-a-dia que, reunidos, significam algo não necessariamente ligado ao divino.

Ora, o ritual pontua a vida. Ele está no *Shabat* dos judeus, nas oferendas para os Orixás dentro do Candomblé, no culto dos evangélicos, na missa dos católicos, na sessão mediúnica dos espíritas, no batismo, no casamento, na festa da padroeira, mas também está no baile de 15 anos, no carnaval, no futebol, na política, na colação de grau e no enterro. Como bem observaram diversos autores, a natureza dos rituais é diversa. Eles podem ser profanos,

religiosos, festivos, formais, informais, simples e elaborados, segundo Mariza Peirano, para quem

“O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjo caracterizado por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em três sentidos: 1) no sentido pelo qual dizer é também fazer alguma coisa como um ato convencional [como quando se diz ‘sim’ à pergunta do padre no casamento]; 2) no sentido pelo qual os participantes experimentam intensamente uma performance que utiliza vários meios de comunicação [um exemplo seria nosso carnaval] e 3), finalmente, no sentido de valores sendo indeferidos e criados pelos atores durante a performance [por exemplo, quando identificamos como ‘Brasil’ o time de futebol campeão do mundo]” (PEIRANO, 2003:11).

Ainda de acordo com a autora, partindo do indivíduo comum em direção ao pesquisador, não há como compreender o que é um ritual antecipadamente porque esta compreensão só acontece em campo, ao lado do grupo estudado, de forma etnográfica.

Um aspecto que se impõe é o ritual como evento individual, mas também social na medida em que, embora em alguns casos envolva apenas um indivíduo, ele acontece para estabelecer ou reificar a relação desta parte com o todo, o coletivo. Observemos o velório e o enterro. Eles são feitos para aquele que morre, entretanto, só têm sentido porque existe o grupo ao qual o morto está ligado. Só essa relação explica e justifica a despedida, a marcação do momento de separação e todos os ritos que se sucedem.

Exemplo disso entre os judeus é a observância do *minian*. Sem este quórum mínimo de adultos do sexo masculino, alguns dos serviços religiosos mais importantes não podem ser feitos, como recitar o *Cadish*, que é a Oração dos Enlutados, e realizar a cerimônia de Consagração da Lápide.

Por mais curiosos, estranhos, simples ou exagerados, todos os ritos têm um significado, seja para o indivíduo, seja para o grupo. Para Durkheim, os rituais são “atos de sociedade” por meio dos quais ela se percebe, se recria e se legitima. Ainda de acordo com o autor, os rituais não são nem podem ser iguais embora possam ter o mesmo objetivo. De uma sociedade para outra, sempre haverá diferenças porque estamos tratando de culturas distintas, crenças, modos de interpretar e fazer. Posso citar como exemplo o caso exposto no começo desse estudo, quando identificamos uma aproximação entre duas realidades diferentes. Há centenas de anos, os egípcios rendiam oferendas para agradar ao Deus Osíris. Hoje, diversas sociedades seguidoras do Candomblé, entoam cânticos para enternecer a Orixá Nanã. Ela e ele, entidades únicas, de épocas e formas de louvor distintas, mas representantes de uma mesma simbologia: eles controlam o portal que une duas dimensões – o mundo dos vivos e o dos mortos.

Isto explica em parte a necessidade do presente estudo, os rituais fúnebres judaicos em Pernambuco, dentro de todo um universo maior, se considerarmos o número de comunidades espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. No instante em que nos detemos no menor grupo, reduzimos não só o número, enquanto termos quantitativos, mas também a influência de elementos externos o que facilita a identificação dos elementos mais freqüentes, da repetição, de tudo o que está subjacente e que constitui o rito, o ritual, a tradição. É captação da simplicidade em favor do entendimento da complexidade. E se esses rituais formatam um conjunto de ideias, valores e aspirações, quando partilhados pelo grupo, eles ganham uma dimensão maior:

“os ritos são maneiras de agir que surgem unicamente no seio dos grupos reunidos e que se destinam a suscitar, a manter ou a refazer certos estados mentais desses grupos.” (DURKHEIM, 1989:38).

Com os rituais fúnebres não acontece diferente. Eles estão inseridos em um conjunto maior que Van Gennep classificou como Ritos de Passagem. De modo mais simples, podemos entendê-los como cerimônias que marcam as fases constitutivas da vida em grupo, sejam elas naturais ou sociais: nascimento, batismo, infância, adolescência, casamento, paternidade, status, ocupação, envelhecimento e, evidentemente, morte.

Os ritos fúnebres têm uma função social fundamental: harmonizar esses dois mundos distintos, mas ligados de modo irremediável. O dos mortos e o dos vivos, ou sobreviventes. Os funerais ajudam a constituir o luto, um todo que encerra em si ideias de tempo, práticas, comportamentos e reflexões dentro de uma linha imaginária divisória, uma margem, que separa e que agrega. É o luto que marca a separação e a reintegração dos vivos à sociedade da qual foi e se pôs apartado, levando-se em conta que este movimento de entrada e saída não é apenas uma imposição social, mas também do próprio enlutado. Segundo Van Gennep,

“durante o luto, os vivos e os mortos constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente conforme fossem mais estreitamente aparentados com o morto.” (VAN GENNEP, 1987:127).

Quanto maior a proximidade com aquele que morreu, mais longo e rigoroso será o luto, a vivência deste período. Observemos a *Keriá*, costume de rasgar a roupa, como fez Jó, segundo descreve o livro sagrado, em uma demonstração de afeição por uma pessoa querida e dor diante da separação. Considerados os mais importantes na vida dos judeus, apenas pela morte de pai ou mãe, o rasgo nas vestes é feito do lado esquerdo, do coração. Para todos os demais, usa-se o lado direito.

Num âmbito maior, o mesmo ocorre dependendo da posição social do morto. Tomemos como exemplo, presidentes e chefes de estado. Neste caso, o prazo para o enterro, que é de vinte e quatro (24) horas pode se estender por até três (dias).

De todo modo, os ritos fúnebres vão sempre variar de acordo com a cultura e o lugar, incluindo a idade, o sexo e a posição socioeconômica dos que morreram e dos sobreviventes. Serão critérios de comportamento e práticas realizadas.

No que se refere aos objetivos com que são feitos, vários estudos verificaram que os rituais fúnebres podem ser classificados em três categorias principais, que diferem entre si em importância e nível de elaboração. Alguns de uma simplicidade absoluta, outros complexos ao extremo. Os ritos de separação, ou preliminares, são poucos e bastante simples. Os de margem, ou liminares, são mais complexos, levam um tempo maior para ser realizados, chegando, em certos casos, a ter uma autonomia perante os demais. Por último, os de agregação, ou pós-liminares, considerados os mais importantes e elaborados.

Sobre as práticas fúnebres judaicas podemos entender como ritos de separação, entre outros, o cobrir o corpo e colocá-lo no chão; a *Tahará* (Lavagem de Purificação) e a unção. Como ritos de margem, podemos citar o velório, que deve durar o mínimo possível até vinte e quatro (24) horas, e a proibição de um enlutado receber uma *aliyá*. No período de agregação, fazem parte dos ritos, as refeições logo após o enterro e as de condolência; a volta que o enlutado dá no quarteirão por ocasião do término da *Shivá* e o serviço noturno da sexta-feira, durante a *Shivá*, quando os enlutados são cumprimentados com o recital de um trecho do hino *Lechá Dodí*.

Embora os ritos se apresentem de forma diferente de uma sociedade para outra, fica evidente a analogia entre os grupos. Em alguns casos, destaca Van Gennep, há detalhes idênticos porque carregam a mesma motivação. Nas pesquisas de campo, verifiquei que o mesmo se aplica ao presente estudo. Mais de cem (100) itens foram identificados e registrados, possibilitando observar, na prática, o reflexo da teoria exposta há pouco.

No livro *Os Ritos de Passagem*, Van Gennep (Gennep.1977:126) afirma que “todo mundo sabe que nada varia tanto com os povos, a idade, o sexo, a posição do indivíduo

quanto os ritos funerários”. O autor nos fala de um homem formado de inúmeros elementos que têm na morte uma mudança completa de destino. E tudo depende da forma como cada grupo experimenta o contato com a morte. Não se trata aqui de determinismos, leis naturais aplicáveis a todas as sociedades, mas de aspectos culturais diversos que variam no tempo e no espaço.

De acordo com Van Gennep, os ritos estariam ligados a momentos de mudanças e o ponto de partida é a separação, que mexe com a configuração social até então existente. Em seguida, um período de transição – o indivíduo não faz mais parte daquele grupo inicial, mas também não se adequa a qualquer outro e, por fim, o retorno dentro de uma nova situação ou reagregação à antiga. Desta forma, o autor estabeleceu uma espécie de estrutura universal desses rituais. Para Peirano (PEIRANO. 2003:23),

“Ao contrário daqueles que propunham isolar estágios de desenvolvimento (como fetichismo, animismo, totemismo etc.), Van Gennep estava mais interessado na dinâmica da mudança que o ritual favorecia”.

Muitas das vezes, porém, nos falta informação, conhecimento. Como nos coloca Canclini (CANCLINI, 2000:24), “a escassez de estudos empíricos sobre o lugar da cultura nos processos chamados pré-modernos levou a reincidir em distorções do pensamento pré-moderno: construir categorias ideais sem comprovação factual”.

Sobre as culturas, Lévi-Strauss (LÉVI-STRAUSS, 1980:50) defende a ideia de que elas diferem entre si e não o fazem do mesmo modo, nem no mesmo plano, dentro de um movimento de forças que, em alguns momentos, se afastam e tendem para a manutenção e acentuação de particularismos e, em outros, convergem, criando afinidades.

É neste fluxo que surge a percepção de *identidade*, que segundo Bauman, não é algo predefinido, mas que deve ser alcançado dentro de um esforço “como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e lutar por ela e protegê-la,

lutando ainda mais”. Não há como pensar identidade, ou identidades, sem que discutamos linguagem e simbolismo dentro de um processo de construção que passa pelo estar *fora* ou *dentro*, *quem é incluído* e *quem é excluído*. Trata-se do pensar sobre o *nós* e o *eles*, o *eu* e o *não-eu*, um ajudando na definição do outro, sob a luz da hospitalidade, que, por conceito, implica nos atos de bem receber e acolher o outro física e psicologicamente.

4. SOBRE O QUE FALTA SER DITO

É difícil descrever a sensação deste instante. Parar e observar que aquele conjunto de ideias iniciais, amarradas pela expectativa de uma possibilidade, agora, se materializa, tomando a forma de um estudo cheio de informações e detalhes unidos dentro de uma realidade.

Apesar das dificuldades e necessidade de adequações no transcorrer de sua realização, acredito que a presente pesquisa tenha alcançado os seus objetivos. Consegui fazer um levantamento – não de todos, seria impossível e pretensioso de minha parte, mas daqueles que apareceram com maior frequência – dos registros sobre o comportamento de famílias de judeus que mantiveram contato estreito com a morte. O que acontece pouco antes, no momento em que ela ocorre e no que vem depois. Seus ritos de passagem. Separação, margem e agregação. Tanto na esfera particular, quanto na social. Afinal, como já havia dito anteriormente, o morto não morre sozinho. A morte é um acontecimento que envolve todos ao redor.

Mostrei também que tem sido assim desde sempre. Fato comprovado, primeiro, pela história oral. Depois, por documentos diversos sobre muitos dos costumes e práticas mortuárias registrados por autores como Ausubel, Kolatch e Schwartz. Trabalho significativo também foi desenvolvido por Unterman – com seu dicionário de lendas e tradições judaicas – e Mello, que recuperou importantes relatos de judeus que viveram em Pernambuco durante o século XVI.

O trabalho de campo reuniu valiosas informações constituídas dos depoimentos dados por interlocutores em todos os locais pesquisados no Brasil e em Israel. As entrevistas realizadas como moradores de áreas urbanas e rurais, com pessoas que professam a fé dentro de várias religiões que não apenas o judaísmo e estudiosos do tema me permitiram acessar um

conteúdo e determinados códigos que não estão nos livros, o que permitiu uma aproximação e entendimento efetivo das práticas ligadas à morte.

Essas ferramentas foram fundamentais para a atualização do mito, como diriam alguns autores, a exemplo de Morin. Na verdade, essa atualização nada mais é do que a compreensão das transformações ocorridas em quase cinco séculos, desde a chegada dos primeiros judeus a Pernambuco.

Ao longo deste tempo, os judeus não se isolaram em torno de si mesmos. Pelo contrário. Poucas comunidades judaicas, dentro e fora do Brasil, conseguiram um entrosamento tão grande com a sociedade local quanto a que se formou por aqui. Desta forma, foi inevitável uma troca de bens materiais e, sobretudo, simbólicos. Uma realidade percebida e compreendida com esta pesquisa. Através dela foi possível observar tudo o que permaneceu intacto, enquanto práticas preservadas, e todo o mais que precisou ser adaptado dentro de um processo de resignificação.

Para a maior parte dos interlocutores, as mudanças observadas foram inevitáveis. Por várias razões. Hoje, o ritmo de vida das pessoas é outro, mais rápido, cheio de compromissos. O meio-ambiente onde elas estão inseridas precisa ser considerado – e, aqui, deve-se levar em consideração até mesmo fatores relacionados ao clima. O Recife, por exemplo, capital de Pernambuco, extremamente quente e úmida, dificulta a manutenção de costumes como o não tomar banho durante a *Shivá*. Sem contar as relações e modos de trabalho.

Por outro lado, alguns interlocutores vêem nestas adaptações uma espécie de véu que recobre o que entendem como um problema real: o enfraquecimento da religiosidade. Segundo Isaac Essoudry, atual responsável pela Lavagem de Purificação dos homens da comunidade israelita do Recife,

“a religião vem perdendo força e, quando isso acontece, as tradições não resistem. Sem a fé e o respeito a um Deus, maior que nós, fica difícil encontrar o sentido de rituais e costumes que, muitas vezes, exigem um certo

sacrifício da gente, mas que, mantidos, acabam por formar nossas tradições”⁸.

Ainda de acordo com Essoudry, ninguém se interessa em aprender a cumprir os rituais ligados à morte. Faltam pessoas, por medo ou tempo restrito. A mesma queixa apresentou-me Lígia Bender, responsável pelo ritual no caso das mulheres. Ela e a irmã se encarregam dos trabalhos, mas não têm com quem contar. Há muito tempo, as mulheres não se apresentam para colaborar com este tipo de serviço voluntário, em especial, as mais jovens.

A discussão é pertinente sob meu ponto de vista. Entretanto, apontar e aprofundar o debate sobre a atual situação da compreensão e práticas religiosas não caberiam nesta pesquisa, nem era objetivo. Entretanto, registrar as adequações feitas a partir, primeiro, da necessidade de manter oculta uma identidade – como os judeus precisaram fazer para garantir a sobrevivência em certos momentos – e, depois, como resultado de uma troca de bens simbólicos está entre um dos fins alcançados pelo presente trabalho.

Olho para ele e vejo um processo de construção de conhecimento. Mesmo não sendo judeu, pelo menos enquanto praticante da fé mosaica uma vez que carrego o “Pinheiro” no sobrenome – que poderia indicar algum tipo de parentesco com judeus, o contato com todo este universo me proporcionou uma sensação de volta para casa e, aí, ocorre o encontro de alguns dados curiosos. “Casa” faz parte da construção de outra palavra muita citada nas últimas páginas: cemitério que, em hebraico, significa *Casa dos Vivos* ou *Casa da Eternidade*. Desta forma, foi impossível não me remeter ao livro *A Poética do Espaço*, de Bachelard. Nele há um texto muito interessante: “A casa. Do porão ao sótão, o sentido da cabana” que traz a ideia da união de três coisas distintas: solidariedade, memória e imaginação. A imaginação, claro, me lembrou os devaneios de que fala Bachelard. Para ele, a casa é o abrigo do

⁸ Trecho de entrevista concedida ao pesquisador.

devaneio, a proteção do sonhador. E os lugares onde vivemos esses devaneios se constituem em novos devaneios, que ligam os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem.

A casa representa o corpo e a alma. É o grande berço, o primeiro mundo do ser humano. Já do lado de fora está a hostilidade, apresentada pelo universo e, curiosamente, pelo homem também, o outro. O outro que, muitas vezes, somos nós mesmos. É como se a casa mantivesse a infância de algum modo. A casa matéria. A casa devaneio. A casa útero. A casa para onde a gente volta. A casa da qual a gente nunca saiu. A casa que não entendo mais como o cemitério, mas uma casa maior. O conjunto de práticas de um grupo, de um povo, que o define e ajuda a construir sua identidade.

Deste modo, acredito, sim, que, com a realização de uma etnografia, a revisão de bibliografia, entrevistas, registros iconográficos e discussões, foi possível analisar o significado da morte para os judeus e compreender de que forma eles vivenciam as experiências ligadas a ela, objetivo maior desta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 320 p.

ARGAN, G. C. **História da arte como História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 280 p.

ARIÈS, P. **O homem perante a morte**. Mem Martins, Portugal: Biblioteca Universitária, 2000.

AUSUBEL, N. **O Livro do Conhecimento Judaico**. Rio de Janeiro: Editora Tradição S/A, 1967.

BARCELLOS, M. C. **Os Orixás e o segredo da vida – Lógica, mitologia e ecologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BAUMAN, Z. **Identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.

BAUMAN, Z. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 141p.

BEAUVOIR, S. **A Cerimônia do Adeus**, seguido de Entrevistas com Jean-Paul Sartre, agosto-setembro de 1974. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. 109p.

BULLEN, M. et al. **National Geographic**: guia visual da mitologia no mundo. São Paulo: Ed. Abril, 2010.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 150p.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000. 385 p.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade** – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer 1**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORDEIRO, G. I.; COSTA, A.F. Bairros: contexto e intersecção. In: _____ **Antropologia Urbana** – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CUNHA, M. C. **Os Mortos e os Outros** – Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios *Krahó*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

DASTUR, F. **A morte**: ensaio sobre a finitude. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2003. 135 p.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**: Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa, Portugal: Edições 70.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**: A essência das Religiões. Lisboa, Portugal: Edição Livros do Brasil.

EPICURO. **Carta sobre a Felicidade**: (a Meneceu)/ Epicuro; tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: UNESP, 2002.

GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GENNEP, A. V. **Os Ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1977.

HOBSBAWN, E. ; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAUFMAN, T. N. **Passos Perdidos – História Recuperada: A Presença Judaica em Pernambuco-Brasil**. Recife: Ensol, 2005.

KOLATCH, A. J. **Livro Judaico dos Porquês**. São Paulo: Editora Sêfer, 2003.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 456 p.

MARTINS, J. S. Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. In: **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, J. A. G. **Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

MELLO, J. A. G. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595**. Recife: Fundarpe, 1984.

MILLER, J. **As Coisas: Os enfeites e a noção de pessoa entre os Mamaindê (Nambiquara)**. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2007.

MORIN, E. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América, 1976.

MOTTA, A. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.

OLIVEIRA, M. F.; CALLIA, M. H. P. (Org.). **Reflexões sobre a Morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000. 220 p.

OLIVEIRA, R. C.; RUBEN, G. R. (Org.). **Estilos de Antropologia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. 220 p.

PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

REIS, J. J. **A Morte é uma festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEMBOIM, J. A. **O primeiro cemitério judeu das Américas: período da dominação holandesa em Pernambuco, 1630-1654**. Recife: Bagaço, 2005.

RICOEUR, P.; DANIEL, J. **A estranheza do estrangeiro**. In: *Café Philo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

RIVIÈRE, C. **Introdução à Antropologia**. Lisboa: Perspectivas do Homem, ano.2000. 189 p.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo?** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 124 p.

RODRIGUES, J. C. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

ROUANET, S.P. **A razão nômade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. 156 p.

SCHVARTZ, B. **Guia Informativo do Departamento Religioso do Centro Israelita de Pernambuco**. Recife: Departamento Religioso do Centro Israelita de Pernambuco, 1998.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 133p.

UNTERMAN, A. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. V. **Araweté: Os Deuses Canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Anpocs, 1986.

Bíblia Sagrada. Editora Ave Maria Ltda., São Paulo, SP, 1967. 11ª edição. Tradução dos originais hebraico, aramaico e grego, mediante a versão francesa dos Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico de São Paulo.

GLOSSÁRIO

ALIÁ (plural: aliot) – hebraico

Subida.

Refere-se à honra de se dirigir à *Torah* para ler um de seus fragmentos. Usa-se essa expressão porque a *bimá*, onde se lê a *Torah*, é geralmente uma plataforma elevada a que se chega subindo degraus.

Diz respeito também à imigração para Israel.

ASHKENAZIM ou ASHKENAZITAS – hebraico

Habitantes de Ashkenaz (Alemanha). Radicaram-se no noroeste e no centro da Europa, como descendentes dos judeus *rhenisch* (alemães) e falavam a língua *ídiche* (judeu-alemã). A partir do século XV foram obrigados a fugir para o Leste europeu (Polônia, Lituânia e Rússia) e, após as perseguições czaristas, para a Europa Ocidental, América e Israel.

BAR MITZVÁ – hebraico

Literalmente, filho do mandamento.

Termo que designa o menino judeu que completou 13 anos de idade, de acordo com o calendário judaico. Este rito de passagem celebra a maioridade religiosa do menino que passa a ter a obrigação de cumprir os Mandamentos, de pôr *tefilim*, e pode ser contado para o *minian* no culto público.

BARUCH DAYAN EMET – hebraico

Bendito seja o Verdadeiro Juiz.

Oração proferida pelos parentes do falecido (pais, filhos, cônjuge), na cerimônia fúnebre do “rasgo da roupa”, que precede o sepultamento.

BEIT CHABAD – hebraico

Um dos segmentos ortodoxos do judaísmo.

BEIT HA-KNESSET – hebraico

Casa de reunião.

Sinagoga. A sinagoga era o lugar de encontro da comunidade.

CABALISTA – português

Pessoa versada na Cabala, que se refere a um tratado filosófico-religioso dos hebreus, inserido na própria religião que inclui uma teoria e um simbolismo dos números e das letras.

CASHRUT – hebraico

Tornar adequados alimentos e objetos próprios ou utilizáveis pelos judeus.

Refere-se às leis dietéticas.

Tornar *casher*: ato de purificação dos alimentos, ambientes e objetos.

CHACHAM – hebraico

Sábio.

Erudito na tradição judaica, designando o homem sábio do período talmúdico, que expunha a *Torah* oral. Também chamado de *Talmid Chacham* ou estudante-sábio.

CHANUKÁ – hebraico

Dedicação. Inauguração.

Festa das Luzes pós-bíblica que dura oito dias, normalmente, em meados de dezembro. Comemora-se a vitória dos Macabeus, em 165 a.C., sobre os governantes selêucidas da Palestina que haviam profanado o Templo e imposto sua religião helenística aos judeus.

CHASSIDIM – hebraico

Assim chamados os integrantes do movimento de intensificação da fé, iniciado na religião judaica por Israel Baal Shem Tov no século XVIII. O chassidismo, como se chamava o movimento, inovou o comportamento religioso judaico no que se refere aos laços íntimos entre Deus e o homem.

Segundo esse movimento, a fé não era privilégio de uma elite culta e, sim, um sentimento acessível às massas, envolvendo o ser humano como um todo.

O Chassidismo entende que a expressão corporal, a dança e o canto são meios autênticos de comunicação entre os homens e o seu Criador.

CHAZAN – hebraico

Cantor litúrgico que entoia as orações dos serviços religiosos nas sinagogas.

Cantor de sinagoga, também chamado *sheliach tsibur* ou enviado da comunidade.

Funcionário da sinagoga que conduz as orações, particularmente no *shabat* e nas festas.

Nos tempos modernos, destaca-se no *chazan* o seu talento como cantor e desenvolveu-se uma categoria de música de oração, o *chazanut*.

CRIPTOJUDEUS – português

Judeus, em sua maioria convertidos, que mantinham de forma oculta a fé ao credo em seus antepassados.

EL MALE RACHAMIM – hebraico

Deus pleno de misericórdia.

Oração proferida em diversas ocasiões, como no Yortsait, na descoberta da Matzeivá, no Izkor etc.

HASKALÁ – hebraico

Instrução, educação.

Iluminismo judaico surgido como resposta às ideias do Iluminismo europeu, no século XVIII. Movimento surgido no século XIX em favor da disseminação da moderna cultura européia entre os judeus.

HASKARÁ – hebraico

Lembrança.

Serviço religioso levado a efeito aos trinta dias do falecimento. Corresponde, mais ou menos, à missa de 30º dia dos cristãos.

ÍDICHE – ídiche

Língua falada pela maioria dos judeus ashkenazitas originários da Europa Oriental. Escreve-se em caracteres hebraicos. Componentes principais: alemão medieval da região do Médio Reno, aramaico, hebraico, além de elementos eslavos, franceses e italianos. O *ídiche* moderno desenvolveu-se durante o século XVIII. Sua forma literária sofreu alterações na primeira metade do século XIX nas cidades da Diáspora da Europa Oriental à medida que proliferavam jornais e revistas, estimulando um comércio secular de livros em *ídiche*.

Em fins da década de 1930, era o idioma principal de cerca de 11 milhões de pessoas.

KADISH ou CADISH – hebraico

É uma prece de louvor a Deus, através da qual se suplica por um mundo de paz.

Como normalmente é recitada nos enterros e serviços comemorativos dos finados, popularmente, ficou conhecida como uma oração pelos mortos.

KAHAL ou KEHILÁ – hebraico

Comunidade.

Subentende-se comunidade organizada.

KERÍÁ – hebraico

É a denominação do ritual do “rasgo da roupa”, que representa a dor da perda sofrida e que antecede o sepultamento.

KIDUSH – hebraico

Santificação.

Benção dita sobre o vinho, em honra ao *shabat* ou de um dia santo.

KITEL – hebraico

Vestimenta branca sem adornos usada por baixo do talit (xale de orações) que deveria, eventualmente, servir-lhes de mortalha quando enterrados.

LESHANÁ HABAA BEYERUSHALAIM – hebraico

O próximo ano em Jerusalém.

Expressão muito usada pelos judeus da diáspora que viviam sempre com a esperança de um dia retornar a Sion (antiga Palestina, atual Estado de Israel).

MAGUEN DAVID – hebraico

Escudo de David.

A Estrela de David, como é conhecida, trata-se de uma estrela de seis pontas que, só a partir do fim do século XIX, passou a ser adotada como símbolo do Judaísmo, assim como a Cruz representa o Cristianismo.

Consiste de dois triângulos superpostos, em direções opostas. Os vértices do primeiro triângulo representam os pilares da fé: Deus, Homem e Povo. O segundo corresponde aos três grandes momentos da história universal: Criação (passado), Revelação (presente) e Redenção (futuro).

O primeiro triângulo representa a fé judaica e o segundo a história judaica.

MARRANOS – português

Tratamento pejorativo dado a criptojudéus na Espanha e em Portugal.

Em hebraico, a palavra significa porco. Esses judeus eram vistos como imundos.

MATZEIVÁ – hebraico

Pedra tumular.

Destina-se a delimitar o local do sepultamento e representa uma referência de respeito, lembrança e reverência ao falecido.

MINIAN (plural MINIANIM) – hebraico

Reunião de fiéis de uma congregação (*Edá*).

Baseia-se na aceitação da regra que indica ser necessário um quorum (*minian*) de pelo menos dez adultos homens para os serviços que envolvem a proclamação pública da santidade de Deus.

MISHNÁ – hebraico

Estudo, ensinamento, doutrina.

Coleção das leis tradicionais judaicas.

Codificação legal da essência da Lei Oral. Interpretação da *Torah*.

O *Talmude* é um comentário ampliado da *Mishná*.

MITZVAH (plural MITZVOT) – hebraico

Mandamento.

É entendida como preceito e faz parte do conjunto cultural e religioso do judaísmo, funcionando como um código de ética.

NEIR TAMID – hebraico

Vela permanente.

Lâmpada especial utilizada pelos enlutados em lugar de velas ou lamparinas nos dias de *Shivá* e outras ocasiões pertinentes.

PÊSSACH – hebraico

Páscoa judaica.

Comemora a libertação dos judeus da escravidão no Egito, que demorou mais de dois séculos. Literalmente, significa “passar por cima”, em referência à décima praga imposta por Deus aos egípcios, que visava a morte de todos os primogênitos.

As casas judaicas foram poupadas, ou seja, a ação da praga “passava por cima” das casas judaicas.

RABINO – português

Meu mestre; originário da palavra *rabi*.

Erudito que recebe ordenação formal para atuar nas questões de ritual judaico. O rabino é também chamado de *rav*, mestre ou *chacham* (sábio). Atualmente, é um funcionário assalariado de sinagogas, com deveres de pregador. Não é considerado um intermediário entre o homem e Deus.

ROSH HASHANÁ – hebraico

Cabeça do ano. Início do ano.

Ano novo.

Segundo a tradição pós-bíblica, o mundo foi criado no dia de *Rosh Hashaná*.

SEFARADIM ou SEFARDITAS – hebraico

Judeus provenientes da Espanha (Sefarad) que após o decreto de expulsão firmado pelos Reis Católicos, em 1492, emigraram para Portugal e, em seguida, para os Países Baixos, Inglaterra, ou para o Norte da África, o Império Otomano, Itália e sul da França. Falam o ladino ou judeu-espanhol.

Variantes: sefardi, sefardita, sefaradita.

SEFER TORAH – hebraico

Livro da *Torah*.

O rolo de pegarminho, escrito à mão, que contém o texto do Pentateuco, ou *Torah*.

SEUDAT HAVRAÁ – hebraico

Refeição de Condolência.

SHABAT – hebraico

Trata-se do sétimo dia da criação, quando Deus descansou e ordenou através dos Dez Mandamentos que esse dia fosse santificado e respeitado como o Dia do Descanso.

O Shabat, sábado, representa a essência da legislação democrática, símbolo de justiça, baseada na qual todos os seres humanos têm o direito a um dia de descanso semanal.

SHAVUOT – hebraico

Pentecostes.

Literalmente, semanas.

Uma das três festas da peregrinação.

Outras designações: Festa das Ceifas, Festa das Primícias, Dia da Outorga da Lei. Ocorre no fim de sete semanas depois do segundo dia de *Pessach*.

SHIVÁ – hebraico

Literalmente, significa “sete” e se refere aos sete primeiros dias de luto fechado que sucedem um falecimento.

SIDUR (plural SIDURIM) – hebraico

Livro judaico de orações.

SUKOT (singular SUKAH) – hebraico

Tabernáculos.

Festa dos Tabernáculos, Festa da Colheita, no final do ano agrícola.

É considerada a mais feliz das festas bíblicas. Comemora a generosidade de Deus na natureza e a proteção de Deus, simbolizada nas frágeis cabanas que os judeus habitavam no deserto.

TACHRICHIM – hebraico

É o nome dado à mortalha branca que envolve o falecido judeu, como símbolo de humildade, pureza e igualdade entre os homens antes de se apresentarem diante de Deus.

TAHARÁ – hebraico

Purificação.

Refere-se ao ritual da lavagem do corpo do falecido, antes de ser envolvido pela mortalha branca.

TALIT – hebraico

Manto.

Xale de orações, usado pelos homens, geralmente feito de seda ou algodão branco, com listas pretas, azuis e roxas. Uma versão menor, talit katan, é usada como colete pelos judeus tradicionalistas, por baixo das roupas. Acredita-se que serve de proteção contra mau-olhado e demônios.

TALMID CHACHAM – hebraico

Discípulo da sabedoria. Aluno sábio.

TALMUDE – hebraico

Estudo.

É a parte oral da *Torah* e consiste no conjunto de interpretações comunicadas oralmente a Moisés, como um suplemento à *Torah* escrita. A compilação escrita da Lei Oral é chamada *Mishná*, que se completa com a *Guemará*, parte que trata dos debates sobre as leis da *Mishná*.

TEFILIM – hebraico e aramaico

Objetos de oração.

Ornamentos, em aramaico.

Duas caixinhas de couro preto que contêm quatro passagens bíblicas e que são presas com correias de couro à testa e ao braço esquerdo para os destros e no direito para os canhotos. São usadas durante a prece matutina nos dias úteis, pois as palavras de Deus devem ser amarradas como “um signo em teu braço e como fitas em teus olhos” (Deut.6:8). Em português, são chamados filactérios, significando amuletos, embora não sejam considerados primordialmente talismãs mágicos.

TORAH – hebraico

Ciência, doutrina, religião, lei.

Nome dado à lei mosaica e ao Pentateuco.

YOM KIPUR – hebraico

Dia do Julgamento ou Dia do Perdão.

É o maior dia santificado judaico.

YORTSAIT – hebraico

É o aniversário do falecimento, calculado pelo calendário judaico.